

MARLENE ROSA CAINELLI

Entre a Roça e o Ditado  
A Campanha Nacional de Educação Rural  
Londrina: 1952/1963

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós - graduação em História. Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dr. Elvira Mari Kubo

Curitiba/1994

**Dedico este trabalho à Ana Clara, minha bisavó, à Altina, minha avó e à Helena minha mãe. De cada uma herdei um traço, de todas herdei a coragem de enfrentar a vida.**

"Mas explicou o cego,- Faustino - a História não é só essa que está nos livros, até porque muitos dos que escrevem livros mentem mais do que os que contam histórias de Troncoso.

(...) Toda história é falsa ou meio falsa, e cada geração que chega, resolve o que aconteceu antes dela, e assim a História dos livros é tão inventada quanto a dos jornais, onde se lê cada pedaço de arrear os cabelos. Poucos livros devem ser confiados, assim como poucas pessoas, é a mesma coisa.

Além disso, continuou o cego, a História feita por papéis deixa passar tudo aquilo que não se botou no papel, e só se bota no papel o que interessa(...) Então, toda História dos papéis é pelo interesse de alguém.

E tem mais, falou o cego, o que para um é preto como carvão, para outro é alvo como jasmim.(...) O que para um é importante, para outro não existe."

**João Ubaldino Ribeiro- Viva o povo brasileiro.**

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963), os pressupostos norteadores de seu desenvolvimento e sua atuação em determinado espaço, no caso da presente pesquisa, a região de Londrina.

Para fundamentação teórica da pesquisa optou-se por resgatar a literatura do período anterior, na tentativa de encontrar nas análises sobre as décadas de 30 e 40 explicações para o surgimento e desenvolvimento da Campanha Nacional de Educação Rural, buscando entender o contexto histórico onde foram articulados discursos e projetos como o da Campanha.

Foi considerada a seguinte trajetória para o desenvolvimento do trabalho; o resgate dos discursos elaborados durante a década de 30 e os pressupostos de construção de uma nova sociedade; a Campanha Nacional de Educação Rural, seus objetivos, suas propostas, sua área de atuação; os caminhos percorridos pela Campanha na região de Londrina.

Como foi analisada a seguinte documentação: Revistas da Campanha Nacional de Educação Rural, editadas pelo Ministério da Educação, Programas de Ensino, Relatórios do Departamento de Educação e Assistência Social da Prefeitura de Londrina e Relatórios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

## **RESUMÉ**

Ce travail a comme objectif l'analyse de la Campagne Nationale d'Education Rurale(1952-1963), les présupposés qui ont orienté son développement et son action dans un espace déterminé, dans le cas présent la région de Londrina-PR.

Comme base théorique de la recherche, nous avons choisi de récupérer la littérature de la période antérieure, avec pour but découvrir dans les analyses des années 30 et 40 des explications à l'apparition et au développement de la Campagne Nationale d'Education Rurale, afin de comprendre le contexte historique où ont été articulés des discours et des projets comme celui de la Campagne.

Pour le développement du travail nous avons suivi la trajectoire suivante: la récupération des discours élaborés dans les années 30 et les, présupposés de construction d'une nouvelle société. La CNER, ses objectifs, ses propositions, son champ d'action; les chemins parcourus par la Campagne dans la région de Londrina-PR.

Comme source bibliographique ont été utilisés les documents suivants: des Revues de la CNER, éditées par le Ministère de l'Education, des Programmes d'Enseignement, des Rapports du Département de l'Education et d'Assistance Sociale de la Mairie de Londrina et des Rapports de l'Assemblée Législative de l'Etat du Paraná.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>06</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - Londrina : A civilização a caminho.....</b>	<b>17</b>
1.1 - Os caminhos do campo. ....	33
<b>CAPÍTULO II - A educação revisitada.....</b>	<b>39</b>
2.1 - A Campanha Nacional de Educação Rural.....	48
<b>CAPÍTULO III - A construção do homem novo     e a educação rural em Londrina.....</b>	<b>71</b>
3.1 - Os programas de ensino.....	86
3.2 - Os Clubes Agrícolas.....	100
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>108</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>118</b>

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO N° 01 - Condição do produtor em porcentagem.....</b>	<b>35</b>
<b>QUADRO N° 02 - População urbanizada em Londrina .....</b>	<b>37</b>
<b>QUADRO N° 03 - Distribuição dos trabalhadores por número de famílias,     enxadas e pessoas nas propriedades cafeeiras do Paraná - 1961.....</b>	<b>38</b>
<b>QUADRO N° 04 - Escolas rurais em funcionamento em Londrina.....</b>	<b>73</b>
<b>QUADRO N° 05 - Grade curricular dos "Programas para escolas Isoladas" /1949.....</b>	<b>91</b>
<b>QUADRO N° 06 - Grade curricular dos "Programas Experimentais"/1953.....</b>	<b>92</b>

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de várias fases da minha vida contando na sua trajetória de elaboração e conclusão com a colaboração de muitas pessoas. Levando-se em conta a presença dos amigos é difícil pensar os resultados obtidos como um trabalho individual, posso assumir individualmente a responsabilidade por suas falhas, mas certamente não integralmente pelos seus acertos.

Quero aqui expressar minha gratidão a todos que contribuíram para o término do trabalho, pedindo desculpas pelas omissões que provavelmente acontecerão, registro publicamente a certeza de uma dívida impossível de ser paga.

Relaciono alguns amigos que diretamente colaboraram pra que hoje pudesse escrever o capítulo agradecimentos, muito obrigado:

- Nenzo, Angelo, Rose, Yolanda, Almir, Kamita, Maristela, pela amizade que rompeu os muros da Universidade permanecendo até hoje;

- Mariana, mais do que professora, grande amiga, abriu-me as portas de sua casa, recebeu-me como filha e hoje partilhamos de bons momentos na Universidade. Obrigado por incentivar a entrada no mestrado ajudando-me com as primeiras dúvidas.

- Cacilda que fez as primeiras descobertas da pesquisa, no confuso depósito de documentos que a Prefeitura de Londrina chama de Arquivo;

- Sandra, conhecê-la abriu-me perspectivas antes nunca pensadas. Seu profissionalismo e dedicação ao magistério em muito contribuíram para meu aperfeiçoamento profissional, a convivência sempre amiga, permitiu o avanço do trabalho em momentos de muitas dúvidas;

- Marisa, ex-aluna, hoje grande amiga, uma baixinha elétrica, obrigado por estar presente, sempre que precisei de você;

- Giane, obrigado pelo companheirismo de todo o dia;

- Bel, por conviver comigo, dividindo apartamentos desde Curitiba, suportando os momentos de tensão provocados pelas incertezas profissionais e amorosas. Afinal, Bel conseguimos terminar as dissertações;

- Regina, pelo profissionalismo, pela amizade constante, por estar sempre do outro lado do telefone para ouvir meus lamentos com muita paciência;

- Jozimar, pelo exemplo de ética profissional mostrando que ainda é possível acreditar nos professores;

- Gilberto, que digitou a dissertação, pela companhia constante nos projetos acadêmicos, pelas sugestões que muito contribuíram para o término do trabalho. Obrigado, meu amigo.

- Edson, pelo bom humor constante que sempre conseguiu elevar o meu astral, pelo atendimento no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História, "Madeleine" te agradece;

- Maurício, um irmão daqueles que a gente escolhe para amigo. Obrigado por sempre perguntar, sem entender o porque, de tanta demora: E a dissertação, terminou? para você ver terminei;

Três amigos merecem menção especial no capítulo dos agradecimentos. William, Nelson e Gilmar, abrindo para mim a porta de sua sala na Universidade, recebendo-me em mesas de bar, permitiram que eu tivesse acesso, a conversas inteligentes, divagações produtivas e discussões que muito auxiliaram-me no desenvolvimento do trabalho. Sinto falta de vê-los reunidos. Ainda a cada um devo um comentário especial:

- William, professor, amigo, obrigado pelos puxões de orelha para que a dissertação ficasse pronta, pela leitura do trabalho, pelas sugestões. Obrigado também pelo exemplo de que recomeçar é todo dia;

- Nelson, obrigado por ter colocado sua biblioteca a minha disposição, da qual fiz uso constante, por ter lido o trabalho, feito críticas e sugestões. Obrigado por ter me ouvido em ocasiões diversas, mesmo quando as divagações não eram profissionais;

- Gilmar, obrigado pela cobrança constante para que eu terminasse o trabalho, pelas críticas e sugestões que redimensionaram a dissertação, por ter colocado a dissertação nos caminhos da modernidade através da informática, aguentando minha ignorância com relação a "maquininha". Obrigado pelas horas extras em que você trabalhou tanto quanto eu pelo término da pesquisa. Principalmente quero agradecer ao mais complicado dos meus amigos, pelas conversas memoráveis no Bar Brasil.

- Elvira, pela orientação paciente, por entender os caminhos tortuosos que percorri para chegar ao final do trabalho;

- Aos colegas do Departamento de História da Universidade de Londrina, pelo afastamento que permitiu a finalização da pesquisa;

- À pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná por esticar os prazos sempre perdidos, sem os quais seria impossível o término da dissertação;

- À CAPES e ao CNPq pela ajuda financeira.

A todos muito obrigado e a certeza de que Raul Seixas estava certo:

"sonho que se sonha só

é só um sonho que se sonha só,

mas sonho que se sonha junto é realidade".

## INTRODUÇÃO

"O historiador e o agente histórico escolhem, partem e recortam, porque uma história verdadeiramente total os confrontaria com o caos (...). Na medida em que a história aspira à significação, ela se condena a escolher regiões, épocas, grupos de homens e indivíduos nestes grupos, e a fazê-los aparecer como figuras descontínuas, num contínuo, bom, apenas, para servir de pano de fundo.

(...) A história não é, pois, nunca a história, mas a história-para. Parcial mesmo quando proíbe de o ser, ela continua a fazer parte de um todo, o que é ainda uma forma de parcialidade." <sup>1</sup>

Estabelecer um marco para o início de uma pesquisa é tarefa difícil, principalmente anos depois de iniciada. Os caminhos percorridos pela pesquisadora são tantos que enumerá-los torna-se impossível.

O período marcado pelo Governo Vargas de 30 a 45, os discursos de construção de uma nova ordem, de reordenação das relações sociais parecia-me um marco a ser desvendado, principalmente a prática cotidiana desse discurso.

Preocupava-me como estudar o discurso e sua prática cotidiana. Alcir

---

<sup>1</sup> Levi-Strauss, Claude. Tristes trópicos. Lisboa: Edições 70, 1986.

Lenharo sanou esta dúvida:

"Não há porque dissociar retórica de prática, nem tomar o discurso como adiantado às possibilidades concretas. O discurso não caminha à parte da prática, ele é parte constitutiva e necessária da política em se engendrando."<sup>2</sup>

Vários autores debruçaram-se no estudo dos trabalhadores no período de 30 a 50, abordando temas e problemáticas. Adentrar por um período já trabalhado por grandes pesquisadores, não deixa de ser tarefa ingrata. O início desta pesquisa mereceu leitura atenta de parte dessa historiografia, marcos designados pela pesquisadora para análise.<sup>3</sup>

No processo de construção do projeto de pesquisa vários interesses foram conjugados, tornando-se eixo central do trabalho. Escolhas arbitrárias sempre, mas que deixam o pesquisador livre para tomar caminhos e direções.

O interesse desta pesquisa estará fixado nos projetos governamentais que tiveram como objeto o trabalhador nos anos 50, um novo cidadão efetivado na década de 30, porém, sempre buscado desde a proclamação da República.

Quem seria este novo trabalhador, novo cidadão. Alcir Lenharo, ao vislumbrar a possibilidade de trabalho com o homem do campo dentro dos projetos do Estado Novo, abriu caminho para esta pesquisa.

Lenharo argumenta, ao referir-se às colônias agrícolas:

---

<sup>2</sup> Lenharo, Alcir. O Vale dos Sonhos. pp.95

<sup>3</sup> Alcir Lenharo, Angela Maria de C. Gomes, Zelia Lopes da Silva, Maria Antonieta Antonacci, Edgar Salvadori de Decca e outros

"Tratava-se de criar um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano-industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo."<sup>4</sup>

Esta pesquisa procurará desvendar este trabalhador do campo, objeto de programas governamentais na década de 50.

A idéia de uma pesquisa que desvendasse as barreiras da periodização historiográfica, permitiu durante a análise das fontes perceber a continuidade dos discursos nos períodos seguintes ao marco periódico delimitado pela historiografia já citada. O período analisado, segue a trajetória de 1930 a 1960, onde procurar-se-á identificar o discurso de construção de um "novo homem" adequado aos pressupostos das campanhas educacionais dos anos 50.

Para tanto, optou-se por analisar a Campanha Nacional de Educação Rural, fruto de acordos firmados entre o Brasil e os EUA, nos anos 50, mais precisamente de 1952 a 1963. De abrangência nacional, esta campanha teve grande importância na construção do "novo camponês" já que sua influência na vida cotidiana do homem do campo se faz através de um amplo projeto que visava a modificação de seus hábitos e costumes.

A Campanha Nacional de Educação Rural tinha a intenção de estender-se por todo o território nacional.

---

<sup>4</sup> Lenharo, Alcir. A sacralização da política. p.15

"Suas atenção e esperanças estão se focalizando para, em tempo, talvez, não muito distante, fazer de cada município, de cada distrito, de cada pequenina célula estrutural deste imenso Brasil, possantes fulcros de civismo, de trabalho e de cultura, auto geradores de seu próprio progresso e de um grande provir na história econômica do país."<sup>5</sup>

Nesta pesquisa investigaremos algumas questões, como por exemplo, as estratégias utilizadas pela Campanha Nacional de Educação Rural para atingir seus objetivos. Tentaremos abordar as escolhas realizadas pela Campanha visando a integração de seus ensinamentos com os costumes do homem do campo, bem como a utilização da escola rural, vislumbrada neste trabalho como polo irradiador dos pressupostos da Campanha.

Procuraremos investigar a Campanha Nacional de Educação Rural através do material produzido por ela mesma, para divulgação de seu trabalho. Para tanto, utilizaremos as Revistas da Campanha Nacional de Educação Rural, editadas pelo Ministério da Educação de 1954 a 1963, bem como a bibliografia existente sobre a Campanha.

Tendo em mente visualizar a atuação da Campanha Nacional de Educação Rural, optamos por analisar os pressupostos da Campanha na região de Londrina, uma área onde os discursos de construção do "novo homem", proliferaram-se nos discursos de construção do "pioneiro".

Esta pesquisa percorreu através do tempo apontamentos que desvendaram caminhos férteis para análise, porém um caminho árido e difícil no terreno das fontes.

Parte do material a ser analisado há muito havia sido mutilado e abandonado aos cuidados do tempo que implacável, destituiu-lhe a memória.

---

<sup>5</sup> Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, 1954. p.12

Estragados ou destruídos, os documentos sobre a década de 50 relacionados às escolas rurais de Londrina falam mais pela sua ausência, revelando um descaso total com o passado.

Procuramos trabalhar com o material disponível, com aqueles salvos da destruição por acasos inexplicáveis para a história, ou explicáveis pela memória a ser preservada.

Trabalhamos nesta pesquisa com relatórios da década de 50 e 60, e com os arquivos, do Departamento de Educação e Assistência Social.

O trabalho dividiu-se em três partes. O primeiro capítulo, "Londrina: A civilização a caminho", procura demonstrar discursos da década de 30, os pressupostos de construção de um novo trabalhador, a prática engendrada deste discurso na região de Londrina. Em suma, a construção de um campo fértil para o desenvolvimento de projetos como a Campanha Nacional de Educação Rural.

No segundo capítulo, "A Campanha Nacional de Educação Rural", procuraremos, através da análise da Campanha, demonstrar seus mecanismos de atuação, suas propostas, como pensam seus técnicos, e a contribuição da Campanha, através da escola rural para engenharia deste "novo homem".

"A construção do homem novo e a educação rural em Londrina" é o título do terceiro capítulo, onde tentaremos desvendar os caminhos percorridos pela Campanha Nacional de Educação Rural, através da escola rural, dos Clubes Agrícolas, Centros de Interesse, bem como apontar os elementos racionalizadores contidos nas propostas da Campanha.

Optamos por não incluir um capítulo específico para discussão teórico-metodológica visto que a proposta aparece diluída ao longo da pesquisa nos capítulos que se seguem.

## **I - LONDRINA: A CIVILIZAÇÃO A CAMINHO**

Os anos trinta marcaram a intensificação no país de uma política voltada para a construção de uma nova ordem. Fugindo do 'caos liberal' o governo Vargas tenta dar uma unidade ao país, seguindo a idéia de que a Primeira República o fragmentara.

Firma-se o discurso estadonovista na perda de identidade cultural do povo brasileiro, na desorganização - marcada pela não intervenção do Estado em questões cruciais que afligiam a população. Questões como as relacionadas às leis trabalhistas. Assim, a partir dos anos trinta o que se verá é uma política de reordenação do país.

Reintegrar o homem à terra, construir novos ideais de realização, novos objetivos, demandava por parte do Estado projetos legitimadores de suas ações. Nesse sentido o novo governo que se apresentava tornou-se o responsável pelo "bem estar" do país, centrando suas 'preocupações' no homem brasileiro.

"Promover o homem brasileiro e defender o progresso e a paz do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação."<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> - GOMES, Angela Maria de Castro. A Construção do Homem Novo. IN: Estado Novo (Ideologia e Poder), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p.152.

Transformar o indivíduo em cidadão implicava na construção de um novo país para abrigar a nova espécie acalentada pelo novo Estado Nacional. Desta forma o sentido principal da política estadonovista é voltada para a construção de uma nação: grande, forte, harmônica capaz de abrigar este novo cidadão.

Um ponto importante a ser destacado é a legitimação de um condutor para a nação que surgia, pois esta não poderia seguir sem um poderoso controlador que a mantivesse no caminho. Como indica a citação a seguir:

"O Estado Nacional brasileiro era, portanto, uma verdadeira imposição da natureza de nossa sociedade; um Estado organizador de nosso povo em uma nação; um Estado voltado para o Homem, em particular para o trabalhador, expressão viva e máxima de nossas possibilidades de desenvolvimento sócio/econômico."<sup>2</sup>

O elo entre o novo cidadão e a nova nação apresentada pelo discurso estadonovista, foi consolidado na identificação trabalhador/cidadão. Unidos trabalhador e nação buscariam a superação de suas diferenças, eliminando os conflitos de classe, as diferenças sociais, possibilitando a prosperidade do país.

Para tanto foi necessário tratar a sociedade como una, sem diferenças referindo-se a trabalhadores, patrões, fazendeiros, colonos, etc., como um único grupo, iguados pelo espaço/nação.

A imagem harmoniosa da sociedade brasileira, idealizada pelo discurso varguista e consolidada pelos meios de comunicação, ganha reforço no efetivo anúncio de que as diferenças sociais e regionais que deterioravam o país seriam anuladas pelo novo Estado Nacional, preocupado em recuperar a nação doente.

---

2 - idem p.122.

No sentido de unificar a nação intensificou-se a política de ocupação do território nacional, para que todos os brasileiros estivessem integrados, independente do espaço geográfico:

"... o programa de colonização enfatizava a importância da incorporação de áreas vazias do território nacional através do deslocamento da fronteira rumo oeste todas as atividades econômicas do país seriam guiadas pelo espírito bandeirante. A indústria, tanto quanto a agricultura, deveriam ser estimuladas pelo criador do governo forte, o chefe que conduziria a grande bandeira, o guia da nação em marcha rumo ao oeste, rumo ao progresso."<sup>3</sup>

A integração da sociedade através da ocupação dos espaços nacionais, ganha a conotação de retomada da identidade nacional brasileira, reencontrada no rural. É no homem do campo que serão buscadas as verdadeiras características do cidadão nacional: bom, humilde, valoroso, trabalhador.

A volta ao rural proposta pelo discurso dominante, indica o pequeno proprietário como ideal de trabalhador do campo:

"Já em agosto de 1933, Vargas referia-se a necessidade de incentivar o retorno ao campo. Enfatizava também o aproveitamento econômico que o trabalhador proprietário alcançaria. Indica a necessidade de ser facilitada a sua aquisição por baixo/preço e também através de pagamentos parcelados."<sup>4</sup>

---

3 - ARIAS NETO, Miguel. O Eldorado: Londrina e o norte do Paraná - 1930-1975. SP: USP (Dissertação de Mestrado) 1993. pag. 97.

4 - LENHARO, Alcir. Corpo e Alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40. SP: USP (Tese de Doutorado) 1985. pag. 98

O pequeno proprietário idealizado neste período, confronta-se radicalmente com o fazendeiro latifundiário, no tocante ao uso da propriedade da terra. Caio Prado Júnior consegue na identificação do pequeno proprietário, indicar o porque da opção pelo mesmo no projeto estadonovista, principalmente ao compará-lo com o fazendeiro e com o colono:

"A propriedade não é para ele, como para o fazendeiro, um negócio; é a sua habitação, o seu lar, a sua fonte de subsistência..."<sup>5</sup>

A política de fixação do homem ao campo tinha sua importância redobrada diante dos projetos de recolonização das terras ocupadas e não produtivas.

Era preciso não só deslocar contingente populacional para essas áreas, mas também garantir sua permanência nestes territórios ampliando a classe dos pequenos proprietários capitalistas.

Pensar a ocupação de novas terras e a política varguista de fixação do homem ao campo, implica em uma discussão sobre as dimensões do poder equacionadas na escolha dos territórios a serem ocupados e nos agentes escolhidos para esta ocupação, tratada neste trabalho como reocupação da terra, levando-se em consideração que as regiões delimitadas já possuíam indivíduos habitando em seus espaços.

José Vicente Tavares em artigo onde discute a ocupação de novas terras como forma de dominação argumenta:

"A colonização das novas terras pode ser analisada como uma técnica social que utiliza mecanismos de controle dos homens, para se reproduzir enquanto forma de dominação exercida pelas classes sociais no

---

5 - Idem, p.114.

poder, componentes do bloco industrial-agrário, sobre as classes subalternas da sociedade brasileira."6

Controlar o espaço geográfico decidindo quando e onde conquistar, colonizar, ocupar, decidindo quem são os primeiros - os pioneiros -. Indicando aqueles com direito sobre a propriedade da terra e do sonho de tê-la, selecionando os que ficam e os que são expulsos do território a ser reocupado, é a proposta vigente do período.

O projeto estadonovista de fixação do homem ao campo, de busca da identidade nacional e unificação de todos os indivíduos pelo engrandecimento da nação encontrou eco em vários setores da sociedade, em diversas regiões do país. Assim é na região "norte do Paraná" em franco processo de reocupação e na região sul do Mato Grosso, onde o processo de ocupação das terras ditas vazias fará parte do conjunto do ações promovidos pelo governo Vargas no projeto de colonização da Marcha para o Oeste7

O jornal 'Gazeta', de São Paulo, em reportagem de 1941, evidencia a tônica abrangente do discurso dominante:

"Numa época em que tanto se prega a fixação do homem ao solo e em que a marcha para o Oeste deve se tornar uma realidade, a Companhia de Terras Norte do Paraná, cujo escopo principal é a colonização, sente-se desvanecida de ter podido transformar em alguns milhares de pequenas e médias propriedades, as terras que jaziam despovoadas, ao mesmo tempo que proporcionou aos desbravadores daquele 'Eldorado' toda a assistência

---

6 - TAVARES, José Vicente. As novas terras como forma de dominação. IN: Revista de Cultura e Política Lua Nova, março/91, no.23, São Paulo, Marco Zero, p.71.

7 - Como exemplo da ação da política de colonização varguista ver: ARRUDA, Gilmar. Frutos da terra; os trabalhadores da Matte Larangeira. Assis: Unesp(Dissertação de mestrado) 1989.

moral e material sem a qual o esforço e a energia mais forte viriam a sobrar."8

As novas terras que estavam sendo reocupadas, chamadas de 'Eldorado' pela Companhia de Terras do Norte do Paraná em anúncios e propagandas veiculadas em jornais e revistas do Brasil e da Europa, estavam localizadas ao sul do Brasil.<sup>9</sup>

Assim como o Estado Novo idealizava-se como protetor da população conduzindo-a de maneira organizada em uma nação que marcha para o progresso, também a Companhia de Terras Norte do Paraná assim se intitulava, protetora e provedora dos povos que habitam as novas terras, acolhendo e mantendo "pessoas fortes", "honestas", dispostas a civilizar o sertão através do trabalho sob seu comando.

Com algumas variações quase toda historiografia, ao definir geograficamente as delimitações do chamado NORTE DO PARANÁ, utiliza-se da ocupação capitalista da terra para dividi-lo. Sendo assim, de acordo com os períodos de colonização, a região compreendida ao norte, a leste e a oeste pelos rios Paranapanema, Itararé e Paraná e ao sul pelo meridiano 24, ganhou algumas divisões.

Ana Yara Lopes assim delimita a região: "Norte Velho de Venceslau Braz, Norte Velho de Jacarezinho, Algodoeira de Assaí, que por sua vez formam o Norte Velho; Norte Novo de Londrina, Norte Novo de Maringá, Norte Novíssimo de Paranavaí e parte do Norte Novo de Apucarana, que constituem o Norte Novo, a 'outra parte' do Norte Novo de Apucarana, Norte Novíssimo de Umuarama e Campo Mourão que compõem o Norte Novíssimo."<sup>10</sup>

---

8 - Suplemento especial do Jornal "GAZETA", Janeiro/Fevereiro de 1941, intitulado: O Norte do Paraná.

9 - MULLER, Nice L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. IN: Boletim Paulista de Geografia, no.22, março de 56, São Paulo, p.55-7. Apud: PADIS, Pedro Calil, Formação de uma Economia Periférica - o caso do Paraná. São Paulo:HUCITEC, 1981, p.84. Sobre o meridiano 24, as considerações são de Padis, p.85.

10 - LOPES, Ana Yara. Pioneiros do Capital: a colonização do Norte do Paraná. São Paulo, USP, 1982, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, p.2

A Companhia de Terras Norte do Paraná define a região norte do Estado como abrangendo uma superfície de 100.000 quilômetros quadrados. Dividida em três áreas assim definidas: Norte Velho, que se estende do rio Itararé até a margem esquerda do rio Tibagi; Norte Novo, que vai das barrancas do rio Ivaí e tem como limite a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; e o Norte Novíssimo, que se desdobra dessa linha até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri.<sup>11</sup>

No presente estudo o espaço geográfico a ser analisado será o compreendido pela historiografia citada como Norte Novo de Londrina. Não será utilizado a denominação corrente de Norte Novo, por considerar tal denominação como fruto do processo civilizatório empreendido na reocupação destas terras. Ao imprimir a conotação novo, reorienta-se o discurso para contrapor-se a algo definido como velho.

Parte significativa da análise que levantamos, a divisão entre os 'nortes' do Paraná, contribuiu para solidificar o discurso estadonovista de construção do novo país.

Vejamos, Norte Novo, Novo trabalhador, Nova Canaã, definições que colocam em harmonia o discurso do Novo Estado Nacional e do Novo 'Eldorado' que se formava.

Sempre que houver referência ao espaço geográfico estudado, o designaremos como região de Londrina, compreendendo este espaço o município e seus distritos. \*

A reocupação definitiva das terras localizadas na região de Londrina deu-se a partir dos anos 30, seguindo a política estadonovista de busca da brasilidade pelo interior do país. Reocupação marcada pela racionalidade empregada na colonização. Cidades planejadas, lotes previamente demarcados, a terra sendo limpa para o capital, dos grileiros, posseiros e índios, que habitavam a região

A utilização do discurso civilizatório de ordem e progresso, através do trabalho, definido pela posse da terra e pela ocupação ordenada do território foi largamente difundido:

---

11 - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975. COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ, p.35

"Improdutiva, desabitada e sem segurança define uma visão onde se alia o progresso à ordem. Ordem que se evidencia no plano preestabelecido dos lotes rurais e do plano inicial dos núcleos urbanos, para melhor vendê-los e, principalmente, pelo contrato de compra e venda dos direitos dos terrenos, dando certeza do direito da propriedade comprada. ordem evidenciada, no discurso pela ausência de conflito, pois, aqui todos são identificados como tendo os mesmos interesses."<sup>12</sup>

A construção do discurso unificador que igualasse a todos com objetivos em comum, foi amplamente utilizada na região de Londrina, era necessário evitar o conflito. Ana Yara Lopes afirma:

"Parece ter havido um caráter intencional de igualar numa mesma designação - colono (outras vezes, pioneiro) - tanto os detentores, dos meios de produção, quanto os que nada possuíam, além de sua força de trabalho."<sup>13</sup>

As diferenças eram vistas de forma harmônica todos tinham um objetivo e estavam dispostos a lutar por ele, importante era o progresso da região, a construção da nova nação:

---

12 - TOMAZI, Nelson Dácio. Certeza de Lucro e Direito de Propriedade (o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná). Dissertação de Mestrado, Assis, UNESP, 1989, p.160.

13 - LOPES, Ana Yara. Op.cit., p.57.

"A desigualdade entre os pequenos produtores era vista de forma harmônica, como se as diferenças fundamentais estivessem esmaecidas pela cor rosa da poeira da terra que se espalhava sobre todos os objetos e todas as pessoas, e com a ideologia do pioneiro, para o qual tudo é possível, porque é em essência começo. E que com esforço e valor do trabalho, todos podiam 'virar sitiantes'" .14

Assim, foi-se constituindo o discurso da igualdade entre todos os habitantes. O possível e livre acesso a terra garantido pelo esforço do trabalho a todos aqueles dispostos ao sacrifício. No Eldorado do Norte do Paraná tudo resumia-se ao trabalho conjunto pelo progresso da região.

O discurso unificador e a idéia de nação destinada ao progresso, reforçou a criação de uma imagem de sociedade coesa e sem conflitos. Para tanto se fez necessário nomear-se inimigos externos interessados em destruir a harmonia dos trabalhadores da região:

"No 'Eldorado' do Norte do Paraná as perturbações vem do exterior, pessoas inescrupulosas que invejosas da vida pacífica e trabalhadora dos que dela participam tentam pela força substituí-los, arrebatando-lhes a terra, elemento fundamental".15

A aparência de conflitos externos assegurava ao discurso unificador a manutenção do ideal de conjunto, gerando a idéia de defesa da região, por parte dos seus habitantes.

Analisando as afirmativas feitas por Nelson Dácio Tomazi sobre a Companhia de Terras Norte/Melhoramentos do Paraná (16) e seu papel na colonização da região norte paranaense

---

14 - Idem, p.182.

15 - Ibidem, p.226.

16 - cf. TOMAZI, Nelson D. op. cit.

evidenciamos a questão da racionalidade empreendida na ocupação das terras. Concordamos com o autor quando este afirma que a Companhia de Terras não participou do processo de ocupação de toda a região norte paranaense. Utilizando-se, isto sim, deste discurso em propagandas e anúncios para edificar seus feitos, com a intenção de construir sua memória.

Entendemos que no processo de construção de sua imagem a companhia de terras acabou por fundamentar um dos mais importantes trunfos ideológicos do período de ocupação das terras localizadas na região de Londrina. O discurso que garantia a possibilidade de acesso a terra a todos que se dispusessem a trabalhar.

A ocultação das diferenças sociais protagonizadas pelos colonizadores aparece na construção do ideal de pioneiro. Ana Yara Lopes afirma:

"A homogeneidade apresentada através da expressão 'pioneiros' procura esconder a real condição de classe da população que para cá se deslocou e oculta as relações de classe que se estabeleceram entre os diversos segmentos desta realidade, procurando sempre passar a idéia de que todos que para aqui vieram tinham as mesmas chances para progredir e enriquecer e que não havia nenhuma contradição entre os 'pioneiros', pois todos tinham os mesmos interesses e almejavam as mesmas coisas."<sup>17</sup>

O discurso da companhia de Terras Norte do Paraná, centrava-se na diluição das diferenças de classe, na representação segura de construção do progresso através do 'sonho do pedacinho de terra e do 'Eldorado', terra onde se anda sobre dinheiro'.<sup>18</sup>

A Companhia de Terras Norte do Paraná com os 515 mil alqueires adquiridos representou para a região, principalmente através da divisão dos lotes em pequenas propriedades,

---

17 - *Idem*, p.183.

18 - LOPES, Ana Yara, *Op.cit.*, p.127.

em uma das viabilizadoras do projetos estadonovista de civilização de terras "incultas". No processo de busca do lucro, levado adiante pela ação empresarial da referida companhia, a construção da terra 'idílica' protagonizada pelas propagandas e anúncios, trouxe ao Norte do Paraná grande contingente populacional, em busca do 'ouro verde' das terras roxas.

A discussão que levantamos tem como objetivo central identificar o processo de reocupação das terras localizadas na região de Londrina, evidenciando a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná, levando em consideração o papel gerenciador da Companhia em questões relevantes como a demarcação das terras e o planejamento inicial das cidades.

O empreendimento imobiliário protagonizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, proporcionou a construção do discurso da pequena propriedade e do trabalho árduo como requisito primordial para conquista da terra. Ana Yara argumenta:

"O certo é que, pela dimensão das terras de sua propriedade, a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, depois Melhoramentos, foi fundamental para tornar viável a pequena propriedade do Norte Novo. a ideologia da 'terra ao alcance de todos' mobilizou grandes contingentes de migrantes 'nacionais' para o norte do Paraná. Enquanto a companhia agia empresarialmente implantando os lotes como empreendimentos de maior lucro imobiliário, produtores familiares e proletários rurais eram engendrados no mesmo processo."<sup>19</sup>

O processo de reocupação das terras localizadas no Norte do Paraná, região de Londrina, desenvolveu-se dentro do contexto da política estadonovista do governo Vargas, de construção do novo trabalhador, da civilização do sertão através da Marcha para o Oeste. Dentro deste contexto a Companhia de Terras Norte do Paraná, surge como um dos agentes de dominação que permitiram e possibilitaram a disseminação do discurso estadonovista pela sociedade brasileira.

---

19 - Idem, p.132.

A figura do cidadão trabalhador transformado pela Companhia de Terras Norte do Paraná no 'pioneiro', será largamente identificada no discurso predominante no período de reocupação capitalista, das terras localizadas na região de Londrina.

"O fazendeiro, o sitiante, o trabalhador agrícola formavam especialmente naquela região do Paraná uma unidade, sem a qual a ocupação capitalista da terra não era possível. Estas classes sociais dependiam uma das outras para sobreviver. E a ideologia do ser pioneiro, de vencer a floresta e as dificuldades, abrindo ilhas de povoamento vinculadas ao mercado, permitia o sonho. Dos trabalhadores peões, colonos e camaradas - virarem sítiantes, dos sítiantes chegarem a fazendeiros. Dos fazendeiros sentirem-se democráticos, racionalizando sobre a ascensão do 'bom' trabalhador, daquele que mais se esforça nas lidas da fazenda."<sup>20</sup>

Divididos entre proprietários, meeiros, colonos, arrendatários, parceiros, vários indivíduos vieram para a região, fascinados com a propaganda da terra fácil onde se "anda sobre dinheiro". Foram migrantes de todas as regiões do país: São Paulo, Minas Gerais, Nordeste, além de estrangeiros da Alemanha, Itália, Inglaterra, Japão entre outros.

Aptos a "conquistar sua riqueza através do trabalho 'honesto' ", estes indivíduos representavam o que o discurso dominante chamou de 'pioneiros' idealizados na figura do cidadão/trabalhador que luta pelo engrandecimento da região, pelo progresso. O trabalho conjunto

---

20 - Ibidem, pp.76/7.

proposto pelo discurso dominante, escamoteia as diferenças de classe, os objetivos de cada grupo. A construção do discurso igualitário, possibilita o trabalho pela edificação da nação enquanto Pátria de todos. O progresso da cidade/nação sobressai-se, enquanto objetivo maior e de todos.

O processo de reocupação da região de Londrina, fazia parte da racionalização do processo de trabalho predominante no Brasil na década de 30. O trabalhador/cidadão importante para o sucesso do projeto colonizador precisava ter seu posicionamento na sociedade redefinida sob a ótica científica, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da justiça do trabalho.<sup>21</sup>

Os mecanismos de ordenação do mercado de trabalho funcionaram como condicionantes da ordenação da sociedade como um todo, o discurso pressupunha a organização racional, a definição de tarefas e funções para as partes componentes do corpo social. Antonacci afirma ao analisar os princípios racionalizadores empregados na política varguista:

"nomear funções e distribuir racionalmente tudo e a todos nos lugares apropriados ao desenvolvimento do interesse geral, atribuir competência conforme as capacidades técnicas de cada indivíduo, delimitar os campos de ação e as relações possíveis, designar os deveres e as obrigações de uns para com os outros..."<sup>22</sup>

Não fugiu a esta perspectiva o discurso empregado na reocupação de Londrina/Norte do Paraná, parte constitutiva da nação que estava sendo construída pelo novo Estado Nacional. Evidencia-se nos discursos dos 'pioneiros' a ideologia do progresso como bem comum, da participação e da construção de uma nova nação:

---

<sup>21</sup> - Para melhor entendimento do processo de definição das leis trabalhistas ver entre outros GOMES, Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.

<sup>22</sup> - ANTONACCI, Maria A. *A vitória da razão*. São Paulo: USP(Tese de Doutorado) 1985. pag. 204.

"Assim levas, após levas invadiram o Norte do Paraná, cheias de esperanças, isto era chamado de Eldorado (...) também eu participei dessa epopéia do norte, porque vinham todos cheios de esperanças, recém-formada e ansiosa por colocar em prática o que havia adquirido."<sup>23</sup>

Percebemos na fala da professora Mercedes Martins Madureira a importância da palavra participação, não importando o caráter da colaboração a ser empregada. Dentro do contexto da colonização cada qual exercia suas funções para o progresso da nação representada pela cidade/região. Apoiar o desenvolvimento da região, trabalhar pelo seu engrandecimento significava participar do crescimento da nação/região.

Londrina representava entre todas as cidades da região o símbolo do 'progresso' era a porta de entrada do então chamado 'Eldorado'. Era intensa a propaganda que procurava mostrá-la 'moderna' e 'civilizada':

"Londrina apresenta todas as comodidades e infra-estrutura de uma cidade moderna, tais como água encanada, hospital, hotéis, escolas, matadouro, cinemas, telégrafo, correio, etc."<sup>24</sup>

O desenvolvimento da cidade de Londrina fundada, em 1934, pelo decreto Estadual no. 2519 (25) alcançou rapidamente patamares inesperados. A cidade que em 1934 era apenas um

---

23 - MERCEDES MARTINS MADUREIRA, entrevista concedida à professora Mariana Josefa de Carvalho Almeida, em 1985.

24 - TOMAZI, Nelson Dácio. Op.cit, p.124.

25 - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975. COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ, p. 73.

amontoado de casas, em 1950 apresenta-se como um centro urbano Já repleto de problemas populacionais de saneamento e infra-estrutura.<sup>26</sup>

O grande crescimento populacional ocorrido na década de 50 deveu-se à migração de paulistas, mineiros, nordestinos e estrangeiros de várias nacionalidades. Na década de 50, mais precisamente em 1951, 70,9% das terras localizadas na região de Londrina haviam sido negociadas.

Os 'homens desbravadores que fizeram a epopéia' de colonizar o norte do Paraná tiveram a difícil tarefa de desbravar uma região "inculta", "selvagem" e "vazia". Em um de seus textos de propaganda a Companhia de Terras Norte do Paraná garante:

"No começo de 1930 a população desta zona era de Ninguém. Hoje, cerca de 10.000 pessoas habitam as terras da Companhia, na vizinhança das novas cidades de: Londrina, Nova Dantzig e Rolândia. Terra de Ninguém, esta era a garantia máxima da Companhia de Terras Norte do Paraná, somente títulos de compra das terras sem litígio, sem posseiros, frisando sempre em seus anúncios: 'títulos de propriedade absolutamente seguros, outorgados diretamente pelo governo do Estado do Paraná, devidamente registrados.'<sup>27</sup>

Entre as denominações 'Terra de Ninguém' e a necessidade de se garantir o direito a propriedade, aparece a contradição dos espaços vazios. As terras não estavam vazias, haviam pela região: índios, posseiros, grileiros que há muito viviam no norte do Paraná. O certo é que o direito a propriedade foi garantido com muita violência e os 'pioneiros' foram elevados a categoria de

---

26 - Para melhor discussão sobre este assunto Tomazi, N. D.op.cit., pp. 149-54.

27 - PROPAGANDAS PUBLICADAS NO JORNAL 'PARANÁ NORTE' ANO I, no. 26 e 34, Londrina, 07 de abril de 1935 e 02 de junho de 1935. Propaganda publicada em CTNP - O Norte do Paraná..., op.cit., 1941. Citado em TOMAZI, Nelson Dácio, op. cit., pp.135-7.

desbravadores que lutaram pelo progresso e pela civilização. A terra precisava ser de Ninguém e estar livre para a ocupação capitalista e para a propriedade privada.

A certeza do progresso grandemente difundida pelo discurso dominante, sustentou a tese da homogeneidade de interesses entre os 'pioneiros'. A leitura de alguns anúncios publicitários sobre o norte do Paraná revela a tônica do discurso empregado:

"O progresso avança e se avanta" ...

"Sinta a alegria de viver e prospere no Norte do Paraná"

"O melhor rumo o melhor futuro."<sup>28</sup>

A importância de evidenciar a nação em marcha, de demonstrar o movimento, o caminho, o rumo, dando ênfase na participação, o futuro só dependeria de sua decisão, em suma, ***decida viver, ser feliz, progredir, vá ao Norte do Paraná.***

---

28 - PROPAGANDAS PUBLICADAS NO JORNAL 'PARANÁ NORTE' ANO I, no. 26 e 34, Londrina, 07 de abril de 1935 e 02 de junho de 1935. Propaganda publicada em CTNP - O Norte do Paraná..., op.cit., 1941. Citado em TOMAZI, Nelson Dácio, op. cit., pp.135-7.

## 1.1 - OS CAMINHOS DO CAMPO

A região de Londrina desde sua reocupação até meados da década de 70, teve na agricultura sua principal atividade. Muitos autores afirmam que a região ganhou notoriedade com a febre da cafeicultura. Londrina ganharia ainda títulos como por exemplo: Capital Mundial do Café. E os grãos dos cafezais seriam transformados em 'ouro verde'.

Pedro Calil Padis, estudando a ocupação do Norte do Paraná afirma:

"A ocupação da parte norte do território paranaense tem uma história em grande parte comum a da evolução da cafeicultura..."<sup>29</sup>

Apesar da afirmativa acima, até meados da década de 40, o Estado do Paraná era responsável por apenas 5% da produção brasileira de Café, só atingindo cifras importantes a partir

---

29 - PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica (o caso do Paraná). São Paulo: HUCITEC, 1981, p.84.

da década de 50, quando em 50/60 alcança a faixa dos 46,9% da produção brasileira, batendo São Paulo, chegando em 1962 a produzir 62,8%, tornando-se o 1o. produtor do país.<sup>30</sup>

As plantações de Café na década de 50 absorveram grande contingente de mão-de-obra:

"A lavoura de Café tem como uma das características mais importantes o fato de absorver uma grande quantidade de força de trabalho, que é distribuída durante quase todo ano. As explorações de Café até final dos anos 60, tanto as grandes propriedades, apresentavam um grande número de residentes nestas, a família do proprietário, mais o parceiro e sua família, naquelas os colonos."<sup>31</sup>

As relações de trabalho nas propriedades cafeeiras variavam de acordo com o tamanho das mesmas. Nas grandes fazendas ocupavam-se o formador e o colono. Nas pequenas propriedades alternavam-se o proprietário e sua família, o parceiro, além do meeiro e do arrendatário.

Na cidade de Londrina, a predominância do proprietário é percebida quando analisamos as condições dos produtores no período composto pelas décadas de 40, 50, 60 e 70.

O quadro nº 01 permite vislumbrarmos de maneira clara o aumento na década de 50 da condição de arrendatário, tendo o pequeno proprietário, perdido terreno para o médio e grande fazendeiro, na década de 70 há uma inversão no quadro da parceria tendo um aumento relativo em contraposição com os anos anteriores.

---

30 - MUDANÇAS TÉCNICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAFÉ, ALGODÃO E SOJA NO NORTE PARANAENSE, Secretaria de Estado da Agricultura, Curitiba, Paraná, Departamento de Economia Rural, 1985, p.24. Ver também PADIS, Pedro Calil, op. cit., p.121.

31 - Idem, p. 50.

31 - Citado no Primeiro Relatório parcial da Equipe de Pesquisa e Assessoria em áreas Rurais - Convênio FINEP/INAM/FASE. Rio de Janeiro, 1982.

O produtor arrendatário ganha terreno exatamente no período em que a safra de café do Paraná, começa a fazer frente a de São Paulo, ganhando espaço no mercado nacional. Tendo isso garantido o interesse dos produtores em adquirir terras lucrativas, visto os preços do café no mercado mundial.

Os pequenos proprietários, eram vencidos pelas geadas e pelos preços oferecidos pelas terras a proprietários que viviam de créditos. Compravam a terra a prestação, comprometendo as futuras colheitas, qualquer imprevisto colocava em risco a posse da terra.

QUADRO Nº 01 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR - EM PORCENTAGEM

	proprietário	arrendatário	ocupante	adm/parceiro
Londrina/1940	78,2	6,3	4,1	10,1(*)
Londrina/1950;	76,4	12,1	1,0	40,5(*)
Londrina/1960;	58,2	21,9	2,2	17,7(*)
Londrina/1970;	53,0	8,1	4,0	34,9(**)

FONTE: Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e 1970.<sup>32</sup>

(\*) - Administrador

(\*\*) - Parceiro

A condição de arrendatário é garantida através do investimento na lavoura de capital não agrícola. Pierre Mombeig esclarece:

"A aquisição de propriedades para o plantio de café e a entrega das mesmas a prepostos é prática que tem se tornado muito comum no Norte do Paraná, onde o 'negócio' da lavoura atrai mesmo aquelas pessoas cuja atividade de rotina não se relacione com a agricultura."33

O plantio do arroz, do algodão, da soja, muitas vezes cultivados entre as ruas de café ou mesmo em uma área destinada especialmente para este fim, tanto com relação aos colonos como também aos parceiros e pequenos proprietários, contribui para que toda a família fosse ocupada nas tarefas agrícolas durante o ano todo. A predominância da lavoura cafeeira nas décadas de 50, 60 é responsável pelo grande volume de população residente na zona rural no Paraná, neste período, que em 1961 é estimada em 1.455.253 habitantes, ou seja 46,4% vivem em sítios ou fazendas produtoras de café, sendo que este total indica que 31,8% da população total do estado reside na zona rural.34

Na região de Londrina os dados indicam que nas décadas de 50 e 60 a população que residia no campo é bastante significativa, sendo que em 50 a população residente na zona rural é maior.( veja quadro nº2)

A significação desta diferença percebida na década de 70, com relação ao mínimo de habitantes, deslocados para a zona urbana, coincide com o período de erradicação dos cafezais.

O grande número de pessoas que residiam na zona rural, nas décadas de 50 e 60, dividiam-se em várias categorias. Especificamente trabalhando nas fazendas e sítios cafeeiros, concentravam-se entre outros os proprietários, os parceiros, os colonos, os empreiteiros, os diaristas. O quadro nº 03 relaciona os trabalhadores das propriedades cafeeiras pelo número e 'enxadas' para, segundo o IBC/OEA, ter-se a estimativa aproximada da população ativa empregada na cafeicultura paranaense.

---

33 - LOPES, Ana Yara. op. cit. pag.110.

34 - LUPION, Moisés. Mensagem à Assembléia Legislativa em 1960. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná, pag.177

A participação de trabalhadores como percebemos é maior em atividade de parceiros e colonos, seguidos de perto pelos proprietários e sua família. Os dados do quadro anterior mostram que os não proprietários são maioria na região norte, na década de 60. Este dado é confirmado relacionando-se o gradativo aumento dos arrendatários, após a década de 50, assim como dos parceiros.

QUADRO Nº 02 - POPULAÇÃO URBANIZADA EM LONDRINA

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1950	46,34%	53,66%
1960	54,96%	45,04%
1970	68,42%	31,58%

FONTE -1950/1960 - PLADEP - 1970 - IBGE

As afirmações que levantamos até o momento, procuram demonstrar a característica racionalizadora do processo de ocupação das terras localizadas na região de Londrina, a partir da década de 30. Permitindo evidenciar no processo de ocupação a tônica do discurso estadonovista, a simetria entre o projeto político do Estado Novo e a colonização desta região. Percebendo como o projeto político do Governo Vargas estendeu-se por todo o país, marchando não só para o Oeste, mas em todas as direções.

Enfatizamos ainda nossa intenção em demonstrar como os discursos elaborados nos anos 30 de construção do "homem novo" ainda estão presentes em anos posteriores, sendo retomados nos anos 50. O que pretendemos ao discutir a continuidade dos discursos é eliminar barreiras impostas por uma periodização rígida que acaba por impedir o deslocamento dos projetos e idéias de um período para outro.

QUADRO Nº 03 -DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR NÚMERO DE FAMÍLIAS, ENXADAS E PESSOAS NAS PROPRIEDADES CAFEEIRAS DO PARANÁ (1961)

TIPO DE TRABALHADOR	Nº DE FAMÍLIAS		Nº DE ENXADAS		Nº DE PESSOAS	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	relativo
Colonos	84.357	9,7	168.876	9,3	409.884	28,2
Parceiros	62.494	22,0	149.649	26,0	341.877	23,5
Proprietários familiares e	54.311	19,1	115.657	20,1	338.958	23,3
Diaristas	34.950	12,3	56.928	9,9	132.905	9,1
Empreiteiros	18.329	6,5	39.828	6,9	90.109	6,2
Administrador ou gerente	11.805	4,2	15.807	2,7	57.618	4,0
Outros	17.676	6,2	29.735	5,1	83.902	5,7
TOTAL	283.992	100,0	576.480	100,0	1.455.253	100,0

FONTE: IBC/OEA Apud: Mudanças técnicas e Relações de Trabalho no Café, Algodão e Soja no norte paranaense.

## II. EDUCAÇÃO REVISITADA

A educação aparece desde a Proclamação da República como viabilizadora de uma proposta de igualar todos em cidadãos pertencentes a mesma sociedade. Iraci Galvão Salles argumenta a favor desta afirmativa:

"A educação desempenha um papel chave na luta contra o privilégio. Os republicanos, ao acreditarem ser ela o único meio capaz de levar o homem a conhecer a realidade em que vive, imprimem-lhe um caráter democrático por excelência. A expansão da rede escolar tornaria possível a todos o acesso a educação. Por fornecer-lhes o instrumental de conhecimento da realidade, oferecer-lhes-ia os meios de ação, tornando-os aptos a exercerem de forma plena a cidadania."<sup>1</sup>

Percebe-se que a construção do novo homem ajustado ao projeto republicano de construir a "boa sociedade" para todos, constituiu-se em uma das prerrogativas do escolanovismo.

---

<sup>1</sup> - SALLES, Iraci Galvão. Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada. São Paulo: HUCITEC, 1986, p. 62.

Carlos Monarcha, em seu trabalho sobre a escola nova, assim define seus objetivos:

"A Escola Nova, que, de início nos coloca perante um projeto de reformulação pedagógica, aos poucos se revela como a emergência de uma nova pedagogia social, uma teoria de amplo alcance programático, cujo objetivo era a construção do homem novo e da boa sociedade, articulando educação e democracia como estratégia de moralização das classes perigosas."<sup>2</sup>

As reformas de ensino atingiam vários estados, no início, inclusive o Paraná. Tais reformas visavam principalmente a introdução das idéias da "escola nova", numa tentativa de eliminação do tradicional, tendo os pressupostos do novo movimento como ideal de moderno.

"... desde 1920, em várias das unidades federadas, começaram a surgir as primeiras reformas estaduais de ensino, impulsionados não somente pelos anseios de tirá-la dos velhos padrões que remontavam aos tempos do Império e até mesmo do Brasil-Colônia, como também, por influência das novas idéias que nos chegavam da Europa e dos Estados Unidos, após a Guerra Mundial e que constituíram o movimento conhecido pela denominação genérica de 'Escola Nova'. Assim é que, em 1920, em São Paulo, Sampaio Dória realiza a que pode ser considerada como a primeira dessas reformas regionais. Nos anos de 1922-23, Lourenço Filho tenta a

---

<sup>2</sup> - MONARCHA, Carlos. A reinvenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1989, p.17.

segunda no Ceará. Em 1924, é a vez da Bahia, com Anízio Teixeira. No Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra de Medeiros continua esse movimento (1925/28), Carneiro Leão, em 1928, em Pernambuco, dá prosseguimento a esse esforço de modernização do ensino público. Em 1927/1928 é a vez do Paraná, com Lisímaco Costa, ..."<sup>3</sup>

O papel desempenhado pela educação no projeto republicano de igualar os cidadãos, eliminando os privilégios de classe, toma corpo para atingir a população do meio rural, apenas a partir de 1930. Alguns projetos esparsos antes foram pretendidos, porém não alcançaram relevância.

Com o desenvolvimento de idéias ligadas a um grupo de pioneiros do "ruralismo pedagógico"\* , algumas idéias defendidas por este grupo são muito importantes para o entendimento do nosso trabalho.

Destacamos algumas idéias relacionadas ao ideal de escola rural preconizada pelos ruralistas:

"Uma escola que impregnasse o espírito do brasileiro, antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional..."

"Uma escola ganhando adeptos à vocação histórica para o ruralismo que há neste país. Os homens é que perturbam esta

---

<sup>3</sup> - SILVA, Zélia Lopes. "O arcaico e o moderno na constituinte de 1933/34". S.Paulo: Tese de Doutorado/USP, 1991.

\* - O ruralismo pedagógico segue no meu entendimento os ideais do escolanovismo, a pretensão de um novo homem caracterizado no ideal de civismo e orgulho da pátria, dentro dos preceitos do cientificismo.

vocação, (...), criando centros acadêmicos para doutores e, depois, uma indústria, muitas vezes artificial, que se alimentava, em alguns casos de matéria prima importada. Antes da solidez da economia agrária, com a reabilitação da terra e do homem, a indústria de favor (...)"<sup>4</sup>

O principal argumento dos ruralistas estava vinculado à vocação rural da população brasileira. Afirmavam o urbano, enquanto forma artificial de vida. Ainda em 1940 permanecem os ideais do ruralismo pedagógico. O inchaço das cidades, a evasão do homem do campo, reforçam nos ruralistas e profissionais da educação, a necessidade de um ensino rural que fixasse o homem ao campo, despertasse no homem rural sua vocação ruralista, seu vínculo à terra.

Para tanto fazia-se necessário programas e currículos que se diferenciassse dos programas da zona urbana. Era necessário nas palavras dos próprios ruralistas "ruralizar o rural":

"(...) através de uma nova escola que, adaptada às exigências do campo, prendesse o camponês à terra, formando-o 'convenientemente' no amor à Pátria e em função da produção. Inestimável seria o alcance social dessa providência, destinada a preservar o espaço urbano da ação 'deletéria das desordens sociais.'"<sup>5</sup>

A importância das discussões relativas à educação rural culminariam na realização de um congresso nacional de educação, em 1942. \*\* Analisando os anais deste congresso,

---

<sup>4</sup> - THERVIEN, J. & DAMASCENO, M. N. (coord) "Educação e escola no Campo . Campinas: Papirus, 1993. pag. 19.

<sup>5</sup>- Educação e Escola no Campo, op. cit., p.27.

Maria Julieta Costa Calazans relata; o privilégio dado às discussões, debates e estudos às idéias do "ruralismo pedagógico":

"A substituição da escola desintegradora, fator do êxodo das populações rurais, por uma escola cujo objetivo essencial fosse o 'ajustamento do indivíduo ao meio rural, para fixação dos elementos de produção', uma escola rural - caracteristicamente a escola do trabalho - cuja função fosse 'agir sobre a criança, o jovem, o adulto, integrando-os todos na obra de construção da unidade nacional, para tranquilidade, segurança e bem estar do povo brasileiro."<sup>6</sup>(grifos meus)

É importante notar os pressupostos estadonovistas presentes nas discussões do ruralismo pedagógico, como por exemplo "a construção da unidade nacional", enfatizada no discurso sobre a escola rural.

Falando da escola primária e das oportunidades do homem do meio rural com relação a processo educativo, os anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação traz a seguinte afirmativa:

"Se essa população só tem oportunidade - quando a tem - de receber a educação nas escolas primárias, e de viver de seus braços,

em fainas manuais, que não podem deixar de ser as que o meio ambiente consente e permite, a única maneira de adquirir hábitos

---

\*\* - O 8º Congresso Brasileiro de Educação foi promovido pela Associação Brasileira de Educação, patrocinada pelo Governo Federal e o Governo de Goiás.

<sup>6</sup> - CALAZANS, M.J. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In THERVIEN, J. & DAMASCENO, M. N. (coord) . op.cit. ,pag. 26

de trabalhos e conhecimentos para fazê-lo produtivo será dar à escola primária a feição especializada que consiga valorizar o homem como fator de progresso, pelo aproveitamento de suas energias, conduzidas e disciplinadas com espírito nacional."<sup>7</sup>(grifos meus)

A crítica à escola urbanizada em meio rural fará com que educadores ligados ao ruralismo pedagógico, enfatizem a necessidade de uma escola rural, regional que atinja as necessidades do homem do campo,

"Direta ou indiretamente, uma educação que reivindicasse a tarefa de se tornar o centro da vida da comunidade rural, apertando cada vez mais os vínculos que devem prender a escola e a família, a escola e as populações dos campos, estabelecendo o 'ajustamento no ambiente regional' em que se desenvolvia o educando, buscando uma formação do sentimento de solidariedade humana."<sup>8</sup>

As políticas educacionais voltadas para construção deste novo homem rural, surgido agora de uma educação que atingisse seu modo de viver, esbarrava em programas prontos, elaborados para as comunidades rurais, sem o prévio conhecimento destas.

O pressuposto da inferioridade deste homem rural, "vazio culturalmente"<sup>9</sup> tornou viável a aplicação de projetos como a Campanha Nacional de Educação rural com a qual trabalhamos nesta pesquisa. A CNER, assim como outras campanhas e programas surgiram

---

<sup>7</sup> - idem, pag. 26

<sup>8</sup> - idem, pag. 27

<sup>9</sup> - idem, pag. 28

de acordos firmados com os EUA, cujo caráter de homogeneização das populações rurais, procurariam construir um novo homem rural adestrado aos objetivos previamente delimitados pelos técnicos das campanhas.

A preocupação dos técnicos e formuladores dos projetos educacionais voltados para o campo, implicaria ainda na adequação do homem rural à modernização da sociedade na década de 50. O pressuposto do atraso das populações rurais justificava os programas de modernização que não levavam em consideração as tradições e conhecimentos do homem do campo.

As afirmações feitas pelos técnicos das missões rurais de que "as culturas locais retornavam às suas práticas tradicionais" <sup>10</sup> logo após a desvinculação das campanhas educacionais ou assistenciais, garante a negação de uma "cultura vazia" e sim uma resistência aos ensinamentos vindos de fora que buscam traçar uma identidade homogeneizadora para as populações rurais.

Não podemos esquecer também que os programas elaborados a partir da década de 40 e 50 ganham espaço na luta pela unificação do ocidente, tendo os Estados Unidos como disseminador de valores, ideais e projetos de cooperação que tornassem as nações unidas no ideal de progresso contra o comunismo.

A construção do "novo homem" idealizado pelas propostas educacionais amparadas nos conceitos do ruralismo pedagógico e da "escola nova" acaba num primeiro momento por incluir o homem do campo numa perspectiva contraditória, que vai acompanhá-lo por várias décadas, ou seja, em determinados momentos este homem do campo é visto como puro e ingênuo, outras vezes como atrasado e inculto.

Zélia Lopes da Silva, argumentando com relação às perspectivas dos industriais para com os trabalhadores, nos trabalhos da constituinte de 1933/1934 afirma :

---

<sup>10</sup> - idem, pag.28

"Se com referência aos trabalhadores urbanos, os industriais admitem discutir e fixar determinadas regras para sua relação no mercado frente aos do campo formula-se juntamente com sua exclusão, um não reconhecimento destes enquanto trabalhadores. Essa recusa passa por uma elaboração mistificadora em que ora o campo representa o universo de formação do homem 'puro', 'honesto', ora se constitui no reduto de gestação da 'ignorância' e do 'atraso'."<sup>11</sup>

As campanhas educacionais gestadas na década de 40 e 50, como a Campanha Nacional de Educação Rural, trabalharam com este homem do campo, na perspectiva do "atraso", do homem "inculto e ignorante", que necessitava de auxílio para recuperar-se, rumo à modernidade. Este trabalhador reduzido à figura do caboclo inculto sofrerá a ingerência das campanhas educacionais a gerenciar sua vida, moldando seus costumes e atitudes. Nesta perspectiva a escola funciona como mentora deste novo homem:

"Assim, o homem brasileiro a ser desmaturado, emerge na dicção jurídica e pedagógica, na figura do trabalhador fragmentado e isolado no mercado, cabendo à escola e outros equipamentos culturais secundários, a engenharia desse novo personagem."<sup>12</sup>

A escola rural na afirmação de um dos técnicos da CNER(\*) teria a função de aglutinar a comunidade rural em seu espaço:

"A escolinha da roça, animada e ajudada pela professora,  
cria

---

<sup>11</sup> - SILVA, Zélia Lopes. Op. cit., p. 166.

<sup>12</sup> - SILVA, Zélia Lopes, OP. cit., p. 156.

\* - Em algumas passagens usaremos a abrevitura CNER para designar a Campanha Nacional de Educação Rural.

um novo elan e retira da equipe toda a colaboração possível: fazem-se palestras e demonstrações dentro do currículo ou nos intervalos: organizam-se clubes agrícolas e pelotões de saúde, cultiva-se a horta, faz-se experiência com a sopa escolar."<sup>13</sup>

Sendo assim, a escola rural através de seu currículo e sua atuação contribuiria na "engenharia" deste novo homem, moldando-o aos interesses da modernidade, representada pelos técnicos das campanhas educacionais, ou mesmo pelos programas de ensino, campanhas comunitárias, festas, comemorações realizadas na pequena escola rural.

---

<sup>13</sup> -ROGÉRIO, Luís. " A Missão Rural, fator de recuperação do homem do interior". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural

## 2.1 - A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

Analisado de forma global no contexto da expansão do capitalismo internacional, o processo de consolidação do capitalismo industrial e de redemocratização da sociedade brasileira, nos anos 40 a 60 vem salientar no país a fixação de uma base social, econômica e política dependente do capital externo, principalmente dos EUA e sua política de solidariedade internacional voltada pra a manutenção da liberdade.

Dentre os inúmeros acordos firmados entre Brasil e os EUA, os programas na área educacional ganharam bastante destaque. O pressuposto das garantias de liberdade e democracia universal garantiram acordos de interferência no processo educacional brasileiro e na reformulação de seus programas de ensino.

Difundindo valores, normas e princípios da liberdade capitalista, surgiram propostas de programas de cooperação internacional.

Em 1945 foi assinado o 1o. acordo entre os EUA e o Brasil com relação aos Programas de Ensino aplicados nas escolas do país, um convênio entre a American Educational Foudation, Inc. (1. A.E.F.) e o Ministério da Agricultura no Brasil. O objetivo deste acordo era de aperfeiçoar o ensino de técnicas agrícolas.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> - NUNES, Clarice. Escola e Dependência (O ensino secundário e a manutenção da ordem). Rio de Janeiro: Achiamé, 1980, p..

A preocupação americana com vistas à integração dos países ao processo desenvolvimentista proporcionou a consolidação de diversos acordos na área de educação rural. A justificativa apresentada baseava-se na análise que o atraso em que se encontrava as regiões rurais, com altos índices de analfabetismo, não permitia a interação destas populações ao processo de modernização.

Em 1950 foi importado dos EUA, um programa de trabalho para educação nas zonas rurais, cuja técnica consistia na formação de missões rurais.

O Ministério da Agricultura foi convidado em 1949 para participar do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, patrocinado pelo governo brasileiro, UNESCO e União Panamericana. Realizado em Petrópolis, o Seminário concluiu a necessidade do desenvolvimento das comunidades rurais, através da educação de base.

A 1ª experiência na área das missões rurais foi realizada em Itaperuna, Rio de Janeiro. As equipes de trabalho eram formadas por: agrônomos, médicos, veterinários, sanitarista, especialista em economia doméstica, assistente social, operador de rádio e cinema e motorista.

O programa educacional desenvolvido em Itaperuna, visava atingir toda comunidade rural, não só através da escola, mas também através de cursos de formação que criassem hábitos sobre assuntos relacionados ao lar, alimentação, família, etc.

Em relatório publicado pelo Ministério da Agricultura em 1952, podemos perceber através dos objetivos apresentados pelos técnicos da primeira missão rural, no final de 1951, a abrangência do programa educacional da missão rural:

"A primeira missão rural tem como objetivo definido realizar, no meio rural, uma séria experiência de educação de base que, pelos seus resultados, possa servir de diretriz para a organização de unidades semelhantes noutros pontos do território nacional. O seu

programa geral visa promover, através da educação, a melhoria das condições de vida das populações rurais, em todos os seus aspectos."<sup>15</sup>

As sugestões dos técnicos visavam principalmente a modernização da agricultura, dos métodos e técnicas empregadas pelos lavradores, através de cursos de aperfeiçoamento, tendo a educação, como principal aliada na tarefa de treinamento.<sup>16</sup>

Como aliada no processo de treinamento do homem do campo, a escola ganharia prioridades além de suas funções de apenas ensinar os filhos dos lavradores as primeiras letras. A escola na opinião dos técnicos da missão, não deveria ter como objetivo único ensinar, era necessário programas regulares que proporcionassem formação sobre assuntos do lar, alimentação, etc.

Na experiência de Itaperuna, a escola começa a ser valorizada pela possibilidade de integrar suas funções de ensinar, promovendo o homem do campo, atendendo necessidade de fixação dos habitantes da zona rural.

Para entendermos como foi planejada esta etapa, integrada às campanhas comunitárias e como se deu seu funcionamento a partir da década de 50, precisamos explicitar os termos das campanhas desenvolvidas neste período.

Para resolver os problemas de integração entre as comunidades carentes e as áreas em pleno desenvolvimento, foram criadas campanhas que procuravam solucionar os impasses relativos ao atraso dessas comunidades.

A experiência de Itaperuna proporcionou a criação da Campanha Nacional de Educação rural. Vislumbrando as conclusões a que chegaram os responsáveis pela missão de

---

<sup>15</sup> - Relatório do Ministério da Agricultura e Serviço de Informação Agrícola - Missões Rurais de Educação. A experiência de Itaperuna, pag.17.

<sup>16</sup> - idem, pag. 54/56

Itaperuna, relativos ao ensino, percebemos os antecedentes que possibilitaram o surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural:

"Em face da situação constatada de precariedade e inadequação do ensino normal e primário (estadual e municipal), é indispensável que as autoridades competentes procedam a uma revisão dos programas, nos métodos e técnicas do ensino e no próprio funcionamento das escolas (horário, períodos de férias, etc.), a fim de torná-los adaptados às exigências do meio rural."<sup>17</sup>

Continua as sugestões:

"Estando a função da escola primária, no meio rural, reduzida à tarefa estrita da instrução no seu espaço mais elementar - quase a simples alfabetização - é de toda conveniência que sejam introduzidas nas escolas em caráter obrigatório, atividades complementares do ensino e que constituem poderosos instrumentos de educação, tais como: clubes agrícolas, bibliotecas e museus escolares, cooperativas, pelotões de saúde, trabalhos manuais, ginástica, canto, teatro infantil, etc., conforme as possibilidades."<sup>18</sup>

Com relação às professoras que atuam na zona rural os técnicos das missões sugerem:

---

<sup>17</sup> - idem, pag. 92/93

<sup>18</sup> - idem pag. 92/93

"Em vista do isolamento e quase abandono em que vivem as professoras, especialmente as em exercício nos distritos, é de máxima importância para o ensino a promoção de contatos periódicos das professoras entre si e com as autoridades escolares, para efeito de orientação técnica e melhoria da situação das escolas, e atualização de conhecimentos. Sugere-se a organização de reuniões periódicas (mensais e trimestrais), cursos intensivos locais de pequena duração, semanas de estudo ou círculos de estudo, etc..."<sup>19</sup>

É importante o conhecimento das questões dos técnicos da missão rural de Itaperuna para o entendimento de como foi efetuada e funcionou a Campanha Nacional de Educação Rural. Muitas das sugestões feitas pela missão rural de Itaperuna foram aproveitadas na Campanha Nacional de Educação Rural, que obteve amplo espaço de atuação.

Criada em 9 de maio de 1952 pelo Ministério da Educação e Cultura, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) nas palavras de Orlando Valverde é assim definida:

"É uma instituição criada pelo nosso governo para proporcionar educação de base à população rural do Brasil. Educação de base é uma expressão adotada recentemente pela UNESCO para significar um trabalho educativo que tem por fim integrar o homem do campo no meio em que ele se encontra. É qualquer coisa mais do que a simples instrução, segundo o consenso usual do termo."<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> - idem pag. 92/93

<sup>20</sup> - REgulamentação definitiva e fundo especial para a Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1o. semestre, 1956. APUD. BARREIRO, Iraide Marques de Freitas. Educação Rural Capitalista, a contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe

O artigo 2o. do decreto 38.955 estabelece que a Campanha Nacional de Educação Rural:

"Destina-se a levar aos indivíduos e às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem, eficazmente, do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem."<sup>21</sup>(grifos meus)

Entre os pressupostos que norteiam os técnicos da Campanha Nacional e todos que trabalham em seu meio está a idéia de modernização integrada a necessidade de fixação do homem ao campo através do processo educativo nestes termos a educação de base entendida de forma ampla, deve atender não só a criança e o adolescente, mas a todos que o cercam, tornando-se o ideal em matéria de metodologia de ensino.

A alfabetização cede lugar à necessidade de ensinamento em outras áreas importantes para o pleno desenvolvimento do homem do campo, e de sua integração ao meio rural. Tendo como pressuposto a educação de base que é assim definida por Francisco Gago Filho, em 1954:

---

popular na Campanha Nacional de Educação Rural, Dissertação de Mestrado, Campinas, 1989. p. 109/10.

<sup>21</sup> - Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, ano I, jul/1954. pag. 110

"A educação que convém às zonas rurais não é a educação em acepção restrita, simples alfabetização, de ensinar a ler, escrever e contar. A educação, assim considerada, é de pouca valia e muitas vezes até prejudicial, concorrendo para o êxodo rural. À zona rural convém a educação integral, de base. Deve despertar o interesse do rurícola pelas suas lides, dando-lhe consciência do valor e nobreza para práticas agrícolas racionais; prepará-lo para o cooperativismo e para o crédito agrícola tão necessário; fazê-lo compreender a necessidade do sanitarismo e higiene rurais.\* Educação que comece nas escolas com as crianças, continue junto aos jovens e atinja os pais por intermédio dos filhos."<sup>22</sup>(grifos meus)

O trabalho educativo da CNER tinha por base o homem do campo, "atrasado e incivilizado". Na definição da Campanha, as características do trabalhador podem ser analisadas observando a seguinte citação:

"O rurícola que vive na roça, tem as mãos calejadas do cabo da enxada, pita o seu cigarro de palha, toma pinga quando há tempo e dinheiro, toca viola, canta abecês, enche a casa de filhos doentes e opilados como ele, como ele sujos e maltrapilhos, vivendo em choças, dormindo em esteiras ou comendo o que pode, sentindo que é miserável a sua vida, mas convencido que não há possibilidade de transformá-la."<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> - Idem, p.36.

<sup>23</sup> - idem, pag. 43

A Campanha Nacional de Educação Rural procurava modificar o homem do campo, atrasado e inculto através do processo educacional. Em discurso proferido pelo Sr. Rui Ramos podemos perceber a confirmação desta análise:

"Infelizmente, no nosso meio rural reinam ainda condições extremamente atrasadas. A nossa estrutura agrária quase toda ou é pré-capitalista ou está organizada em moldes coloniais, e nossa estrutura social no campo é francamente semi-feudal. A produção agrícola mais importante está voltada para os mercados estrangeiros e deles depende; enquanto por outro lado, é incapaz de atender às necessidades do mercado interno."<sup>24</sup>

Trabalhando dentro da perspectiva do 'atraso' do campo brasileiro, a CNER delimitou geograficamente as áreas de atuação da Campanha, estabelecendo critérios para escolha das áreas de atendimento. Através dos argumentos apresentados pelos técnicos da Campanha, percebemos a preocupação em atingir o pequeno proprietário:

"Em muitas das regiões em que esses processos são observados, a maioria dos lavradores são 'parceiros', ou 'rendeiros' e sua mobilidade decorrente do sistema de apropriação da terra é um grave inconveniente ao trabalho que se pretende realizar. Devemos assim, escolher zonas em que o número de pequenos proprietários seja considerável, para assegurar a permanência dos valores a serem introduzidos."<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> - idem, pag. 111

<sup>25</sup> - idem, pag. 31/2

Confirmando a tese da preocupação da Campanha Nacional de Educação rural com a fixação do homem ao campo, impedindo o êxodo rural, o Sr. Rui Ramos afirma em seu discurso:

"Tanto a reforma agrária como a conceituação dos benefícios de ordem rural visam o mesmo objetivo, que é a fixação do homem rural no campo, para evitar o êxodo rural. Sobre isso desejo frisar aos meus ouvintes a impossibilidade que entendo existir na fixação do homem rural no campo, nas condições em que vive o campo, abandonado. Nenhum homem se fixa na miséria. Não é possível a fixação humana no analfabetismo. É obra completamente impossível pretender que o homem rural se fixe na doença e no primitivismo, no rudimentarismo do deserto."<sup>26</sup>

As constantes alusões ao atraso do campo brasileiro e a necessidade de modernização nas Zonais Rurais estão sempre presentes no discurso dos técnicos da CNER. O trabalho desenvolvido pela Campanha aparece como um contraponto à miséria em que se encontra a população rural.

Os técnicos da Campanha são instruídos a procurar dentro dos quadros das populações rurais, pessoas de liderança, alvo principal dentro da metodologia da atuação da Campanha Nacional de Educação Rural, onde prevalece a disseminação dos ensinamentos da Campanha para o maior número de pessoas possíveis. O líder serviria de modelo junto aos companheiros alguém a ser imitado e seguido.

A formação de líderes locais para atuarem conjuntamente com os técnicos da CNER é valorizada assim como, as atividades e técnicas a serem empregadas. A professora Helena Antipoff em aula inaugural proferida no VI Curso de Treinamento de Educadores de Base da CNER faz a seguinte afirmação:

---

<sup>26</sup> - idem, pag.80

"É de grande interesse acrescentar que ao lado do programa de atividades e de técnicas do trabalho perfeitamente apropriadas ao meio rural - deve-se ainda encarar com maior atenção possível o fator pessoal dos líderes, focalizando, claramente o papel de personalidade, de seus hábitos de vida, seu modo de se trajar, e de falar, suas maneiras de se comportar com os companheiros, com os auxiliares, com crianças, pessoas do outro sexo, pessoas idosas, inválidos, etc. Atitude e hábitos pessoais encerram maior número de ensinamentos para o homem da roça que aulas e preceitos cuja as palavras ele custa a compreender e assimilar. O exemplo próprio mais que a palavra, a prática mais que ensinamentos verbais, atuam com maior força a favor ou contra as inovações que o líder se propõe a introduzir na comunidade rural, gente hermética, cheia de preconceitos e cheia de críticas para intruso. Precisa-se de uma fé e de propósitos verdadeiramente apostolares e de amor infinito à obra e dos que dela necessitam para vencer a desconfiança e não rara vez a hostilidade."<sup>27</sup>

Na formação dos líderes locais, que funcionavam como ajudantes no processo educativo da Campanha Nacional de Educação Rural, assimilando os pressupostos modernizadores cultivados pela Campanha, tornava-se primordial no programa da Campanha baseado na educação fundamental, pois a CNER argumentava sempre em seus discursos a necessidade de cooperação do homem do campo e a não função assistencialista de seu programa, pois a participação do homem rural é primordial para o sucesso da Campanha, visto que seu principal objetivo é a mudança de valores culturais.

Vejam como a Campanha define educação fundamental:

---

<sup>27</sup> - idem, pag. 174

"Um processo de mudança cultural, um reagente poderoso capaz de arrancar da inércia e da rotina as populações inteiras, como é entendida universalmente sua força, renovadora de costumes, de práticas, de padrões de vida, vem das próprias forças que sempre existem um estado latente em todas as comunidades, forças essas que exploram com os recursos científicos de que dispõe. Antenizando-se às mesmas, como possante alavanca em movimento de propulsão, ensina e compele os homens ao dever de promoverem, por si próprios, os bens pessoais e os da comunidade pela soma dos esforços comuns e conscientes."<sup>28</sup>

Assim, através da participação do homem do campo que guarda em si a força propulsora de suas mudanças, a CNER desenvolveria suas atividades, tendo sempre a preocupação de garantir a plena cooperação do homem do campo recrutado para junto aos técnicos da Campanha. Tal estratégia visa promover "*seu aprimoramento, seu progresso e tirar do atraso sua comunidade*".

Analisando a Campanha Nacional de Educação Rural e sua influência na vida dos camponeses, a professora Iraíde Freitas Barreiro afirma:

"É importante ressaltar que todo o trabalho desenvolvido pela Campanha teve como preocupação central a superação do atraso em geral do camponês, decorrente do atraso cultural, conforme interpretava o programa da Campanha nacional. Ou seja, essa população era tida como 'inferior' e 'atrasada', do ponto de vista cultural. É comum encontrarmos afirmações nos documentos de que

---

<sup>28</sup> - idem, pag. 11

'qualquer trabalho de ordem material seria inócuo, sem antes haver uma mudança cultural.'<sup>29</sup>

Na prática as afirmativas que estamos fazendo ressaltam a necessidade da Campanha Nacional de Educação Rural de transformar a mentalidade do homem do campo, antes da introdução de qualquer nova atividade tecnológica. Sem antes desenvolver culturalmente uma nova forma de viver, de acordo com a definição da campanha, seria impossível qualquer tipo de trabalho por parte dos seus técnicos.

Para tanto, a Campanha Nacional de Educação Rural utilizou-se da Escola rural como base fundamental de seu trabalho educativo, visando antes de mais nada a assimilação das modernas técnicas como fator primordial de seu desenvolvimento.

Em artigo da revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Diamantina Costa Conceição, ao analisar os melhores métodos de inculcar no homem do campo a necessidade de modernização, afirma:

"Para que o homem identifique rapidamente à sua vida, os recursos doados, usando-os, bem como alargando-lhes progressivamente o campo de aproveitamento pela comunidade, faz-se necessário a educação levada a efeito através de maior número de escolas primárias e de ginásios pelo interior, maior lotação de escolas normais, etc.

Este, asseveram, é o único recurso para levantar o padrão de vida de toda uma população rural acostumada a inconsciência de ser 'governada' e 'conduzida' a bel prazer pelos que pensam por elas e lhes impingem uma 'opinião pública'(...)"<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> - BARREIRO, Iraide Marques de Freitas, op. cit., p.180.

<sup>30</sup> - REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL, op. cit., p.6.

Com tanta responsabilidade a Escola rural não poderia continuar atuando nos moldes existentes, assim como o homem do campo, também a escola rural precisava adaptar-se aos novos ensinamentos da Campanha Nacional. Os técnicos da Campanha argumentavam ser a Escola rural uma extensão da Escola urbana com professores de formação urbana que em nada contribuíam para o desenvolvimento do homem rural; com programas urbanos "utilizados em zona rural":

"A nossa voz é um dos múltiplos que sobem aos céus deste Brasil, condenando a identidade de programas para as escolas rurais e para as escolas urbanas. Constroem-se escolas é certo, do gênero 'típico rural', criam-se ginásios e multiplicam-se as escolas normais e do interior em alguns estados, mas o que vemos é um professorado de mentalidade urbana segundo o ensino nesses estabelecimentos, mediante o desenvolvimento de programas que só tratam de assuntos urbanos; é assim que se prepara por conseguinte, o êxodo da juventude rural. E sem contar o número de cidadezinhas do interior, cuja demografia pouco apresenta da juventude. É que a instrução ministrada por esse professorado urbano não visa despertar, nos que deverão trabalhar pelo progresso de sua comunidadezinha rural, o carinho e a compreensão pelos interesses do campo e, muito menos lhes prepara a mentalidade para se decidam a viver à base de um ideal de transformação progressista local, com o conhecimento e o aproveitamento dos recursos avançados da civilização."<sup>31</sup>

Os técnicos da Campanha Nacional assim entendiam o ideal de Escola rural:

---

<sup>31</sup> - idem , pag. 07

"A verdadeira função específica da Escola rural consiste em dar aos alunos uma exata compreensão do que é a vida rural, de formar neles uma mentalidade que compreenda essa vida, de despertar e de desenvolver um espírito de inteligente e voluntária cooperação, promover e colaborar na organização das atividades da comunidade e dar a necessária preparação às matérias básicas, sociais e vocacionais. É um programa de grande importância para a escola, e imprescindível para o progresso dos nossos municípios rurais."<sup>32</sup>

Com base nestas afirmações podemos identificar ainda uma grande preocupação para com a *fixação do homem rural ao campo*, o que nos parece o principal objetivo da Campanha Nacional de Educação Rural. Em todos os pronunciamentos os técnicos que atuavam nas atividades da Campanha procuravam enfatizar esta questão. Ao idealizar uma Escola rural a vertente centralizadora é a formação de uma mentalidade rural que prepare o homem do campo para viver na zona rural, utilizando-se da tecnologia moderna.

Uma outra tônica sempre abordada nos documentos analisados é a necessidade de valorização do rural, de inculcar no homem do campo a importância do seu trabalho, de sua dedicação, há uma grande preocupação em que o homem do campo utilize as técnicas, os procedimentos que lhe são ensinados na zona rural. A Campanha não pretende valorizar a zona urbana enquanto ideal a ser alcançado e sim a zona rural como ideal a ser aperfeiçoado.

Em relação ao aspecto urbano da Escola rural a Campanha Nacional enfatizava os poucos resultados deste tipo de educação para o filho do homem do campo:

---

<sup>32</sup> - Há ainda na Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, julho de 1954, outras alusões ao ideal de escola rural, citações extraídas do livro "A cristianização da Vida Rural", de A.C. da Vida rural dos Estados Unidos, Edição Pallet, de Buenos Aires.

"Se analisarmos os frutos da Escola Primária, a única acessível ao filho do rurícola, comprovamos que ela está padecendo de duas graves falhas, de dois defeitos fundamentais. Em primeiro lugar não oferece motivação adequada à criança camponesa, pois os mestres, o currículo, o programa, os livros, os métodos, tudo enfim, é de formação urbana, baseado nas formas de vida e nas aspirações da criança da cidade. Nada da escola se liga ao ambiente rural, nada fala do sentimento e a afetividade do jovem camponês. Em segundo lugar, mesmo esse pouco que a escola está proporcionando à criança - rudimentos de ler, escrever e contar - morre na própria escola, não transpõe os seus umbrais, pois o ambiente familiar não tem a capacidade nem formação para apoiar e estimular o trabalho escolar."<sup>33</sup>

A escola rural na década de 50 foi fundamental na criação de um mecanismo que permitisse sua participação no processo de modernização da agricultura preconizado pela Campanha Nacional de Educação Rural, que trazia em seus objetivos a idéia disciplinadora da população rural.

Iraíde Freitas Barreiro argumenta:

"Verificamos que os objetivos da Campanha se encaminhavam no sentido de construir normas de condutas disciplinares, que serviriam para atender aos interesses da sociedade brasileira dos anos 50, que se modernizava, necessitando redefinir seus hábitos e valores. De modo mais específico, atuou no sentido de

---

<sup>33</sup> - REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL, ano I, 1954, op. cit., p.44.

adequar às formas racionais de trabalho que requeria a modernização da agricultura desses anos."<sup>34</sup>

Outro questionamento levantado pelos técnicos da Campanha Nacional de Educação Rural veremos ao analisar o artigo do Sr. José F. de Sá Telles "A Escola rural e seus Problemas", que em determinado momento apresenta a seguinte questão:

"Resta saber se os programas da Escola rural brasileira estão realmente respondendo às necessidades do ensino (...) A urbanização do ensino em zonas rurais, com o conseqüente excesso de matérias, tem dado lugar ao divorciamento entre os programas primários e os objetivos que se deviam atingir." <sup>35</sup>

O questionamento levantado pelo técnico da Campanha ganha espaço por indicar a preocupação da CNER com a possibilidade de um programa específico para as escolas localizadas na zona rural e a ineficiência de um programa urbano, já que não permitia a satisfação das necessidades de ensino para as crianças da zona rural.

Toda a preocupação demonstrada pelos técnicos da Campanha Nacional de Educação Rural para com a escola primária reflete-se na idéia de uma "educação rural" específica para o homem do campo. Vejamos na citação a seguir:

---

<sup>34</sup> - BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, Op. Cit, p. 234.

<sup>35</sup> - REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL, ano I, 1954, op. cit., p.67.

"Se tivéssemos uma 'educação' rural de fato, em nossas escolas localizadas nas zonas rurais, sejam primárias ou secundárias - para não falarmos só nas escolinhas esquecidas dos rincões mais distantes e isolados; se os livros, os programas e, principalmente a preparação e seleção de professores destinados às escolas rurais, tivessem o elevado escopo de, ao mesmo tempo que instruissem o homem rural lhe levassem toda uma série de formas de vida que o estimulassem a conservá-las e ampliá-las no seu próprio meio, temos a certeza de que a transformação evolutiva dos grupos sociais e das comunidades se processaria em ritmo normal, sem intermitentes ou retrógrados ou estacionárias como sucede em alguns casos. O homem conseqüentemente, seria menos influenciado pelo meio ambiente, capacitando-se, para 'julgá-lo' pela assimilação livre, consciente e gradual de sistemas de trabalho racionais e produtivos e de costumes de vida."<sup>36</sup>

A ênfase dada pela Campanha Nacional de Educação Rural à valorização do meio onde vive o homem do campo, contrasta com a preocupação de que este homem não seja influenciado pelo meio, mas sim que absorva conhecimentos e ensinamentos que permitam transformá-lo e modernizá-lo, valorizando-o em conseqüência. O meio torna-se habitável e digno de valorização na medida em que moderniza-se deixando de:

"Viver em idades remotas, anteriores à máquina, ao rádio, ao avião, estranhos às atitudes que esses inventos determinaram e que se cristalizaram numa mentalidade diferente."<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> - idem, pag. 10

<sup>37</sup> - Idem, p.10

Ainda referindo-se à necessidade da Campanha de que as populações absorvessem suas idéias através da escola e da plena aceitação da população da zona rural, encontramos a seguinte afirmação, com a qual podemos perceber também sua proposta modernizadora:

"O problema é complexo; tem sua série de sintomas cuja fonte é a cultura em que se acham mergulhadas as populações rurais (preconceitos, normas de vida, tradições, conservadorismo de sistemas de trabalho, etc.). De nada adianta reter as verbas nos municípios ou canalizá-las do Estado ou da União na forma de máquinas e de outros bens da vida moderna, sem a consciente compreensão, e aceitação de suas vantagens pelas populações. De nada também adianta, para a situação do momento presente plantar escolas nas zonas rurais sem a correspondente preparação e compenetração do professor para a tarefa lenta e segura de educador e de debatedor, que deverá desempenhar, estendendo a escola para o lar rural, para a colônia, para a vida e, principalmente para o futuro."<sup>38</sup>

Uma das preocupações dos técnicos da Campanha Nacional dizia respeito à formação dos professores enfatizada na citação acima, dando ao professor a característica de disseminador dos seus ideais. Um dos pontos defendidos pela Campanha é a possibilidade do professor rural ser oriundo do próprio meio rural, nas palavras da Campanha, para que não sofresse as influências do meio urbano.

Para aperfeiçoar e treinar professores com capacidade de realizar o trabalho destinado a eles pela Campanha, ou seja, retirar do atraso a população rural, foi criado em 1954 o Centro de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais.

---

<sup>38</sup> - *idem*, p.10.

Ao analisar o programa do curso, Iraíde de Freitas Barreiro afirma:

"Este curso, de caráter prático, preparava professores rurais a fim de que pudessem colaborar nos objetivos da Educação de Base, aperfeiçoando suas atribuições pedagógicas junto às escolas e orientando-os para o papel que lhes cabia de liderança social junto às comunidades ... Estes cursos de treinamentos para professores giravam sempre em torno de temas, como: 'A Árvore', 'A Criança', 'Os Animais', 'A Horta' (...) mostrando como a preparação desenvolvida junto às professoras rurais caminhava no sentido de levá-las a substituírem, na comunidade onde atuavam aspectos de cultura camponesa consideradas pela Campanha Nacional de Educação Rural como atrasados."<sup>39</sup>

Como já afirmamos, a Campanha pretendia valorizar o meio modificado, não o campo atrasado e inculto com seus rudimentos de técnica e costumes arcaicos, mas o campo modernizado pelo progresso por ela introduzido.

Ainda com relação ao treinamento de professores existiam os Cursos de Habilitação de Professores Rurais, um internato para professoras leigas com as mesmas funções e objetivos dos cursos de treinamento.

O processo de aprendizado do homem do campo com relação aos ensinamentos da Campanha Nacional não restringiu-se apenas ao papel de receptor, sua atitude muitas vezes foi tensa para com os técnicos e seus argumentos, outras vezes, não correspondiam às expectativas que os técnicos tinham acerca de determinada ação.

---

<sup>39</sup> - BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, op. cit., p. 119/20.

Um dos pontos básicos de influência da Campanha Nacional de Educação Rural deu-se na área do lazer a que se dedicava o homem do campo. Assim como sua vida cotidiana, seus métodos de trabalho e higiene eram considerados "atrasados" e "improdutivos". Também seu lazer era avaliado como "pernicioso" e inadequado.

A seguinte descrição do lazer camponês faz parte de uma das revistas da Campanha Nacional de Educação Rural. Elaborada por um dos técnicos da Campanha sobre a missão rural instalada em São João Del Rey:

"Nas localidades que não dispõem de luz elétrica a única recreação conhecida é o rádio ou a conversa à porta das casas para as mulheres, e a reunião na venda para os homens. Oferecem também distração, os leilões da confraria, após a reunião dominical dos confrades. Outro motivo de festa e alegria é a missa mensal e, de modo especial, os oito dias dedicados ao Padroeiro, que é o maior acontecimento anual esperado por toda a população. Fora disso, somente a oportunidade de um casamento, ou morte, reúne os amigos junto à família e, por isso, a própria morte passa a ser um motivo de distração, para aqueles que não estão ligados ao morto, por laços mais estreitos. Apreciam as dança de salão e as realizam nas épocas de festas religiosas ou casamentos apesar da Campanha contra, desenvolvida pela Igreja. Os vícios ocorrem em menor escala, também pela ação dos padres, mas o hábito dos aperitivos e o excesso de bebidas aos sábados e domingos é lugar comum. No mais, são populações ordeiras de bom nível moral."<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> - idem, pag. 122

Parte do relatado pelo técnico da Campanha diz respeito à tradição do trabalhador rural, suas festas, recreações ou distrações marcadas pelo contexto de seu cotidiano. Para a Campanha Nacional de Educação Rural o lazer, como todo o cotidiano do trabalhador precisava ser disciplinado e normatizado, sem levar em consideração as tradições e costumes do trabalhador rural em vista do "atraso detectado pelos técnicos da campanha.

Então vejamos as instruções dadas aos professores nos cursos de treinamento e habilitação sobre recreação; instruções generalizadas para todo tipo de lazer:

"A recreação deve ser proporcionada, estimulada e orientada de acordo com a idade. Uma recreação bem orientada desenvolve o indivíduo. física, moral e intelectualmente. A professora, ao planejar suas aulas, terá o cuidado de planejar também o recreio. O recreio será dirigido sempre que possível. Inicialmente, até que se desenvolva a liderança dos grupos, terá direção cuidadosa da professora. O recreio livre, desordenado, é prejudicial, deseducativo. Além de divertir as crianças, o recreio dirigido desenvolve grande número de qualidades, como sejam: espírito de ordem, de obediência, altruísmo."

41

Percebemos que a tônica da Campanha diz respeito principalmente a disciplina e condução do homem do campo, que não deveria em momento algum ser deixado livre para conduzir, seria necessário dar-lhe um líder que o comandasse: fosse a professora ou um líder designado.

Outro aspecto a ser lembrado é o total descaso com os conhecimentos do trabalhador rural impedido de expressar-se livremente, pois suas qualidades só apareceriam através da direção comandada pelos técnicos da Campanha.

---

<sup>41</sup> - Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Pesquisa informal do município de São João Del Rei, realizada pela equipe da missão Rural ali instalada". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1955, p.87.

Já detectamos que nem sempre as modernizações trazidas pela Campanha seguem os direcionamentos previstos pelos técnicos. Parte da tensão e contradição provocados pela interferência da Campanha na vida cotidiana do camponês.

A luz elétrica, benefício máximo da modernização, trouxe para o campo novos costumes, não os previstos pela Campanha, porém outros também criticados pois fugiam do controle dos técnicos:

"O número de botequins de 2 passou a 3 e talvez mais ainda, aumentando bastante a frequência neles da população masculina a qual tendem a se juntar elementos femininos mais levianos. Aumentou o consumo de bebidas alcoólicas, multiplicaram-se cenas de brigas e agressões. As irradiações das canções carnavalescas, histórias tolas e dramas cheios de histerismos difundidos pelas estações das metrópoles vieram interferir com as modinhas, cantigas populares, serenatas tradicionais ali. Como enxurrada bem fazeja de uma chuva de verão, aparecem destroços e sujeiras carregadas de lugares estranhos."<sup>42</sup>

Ao fugir do controle dos técnicos da Campanha, ou melhor, dos ideais preconizados pelos técnicos para utilização da "modernidade" integrada ao seu meio, o trabalhador rural demonstra a não total aceitação dos ensinamentos da Campanha, a não apatia frente ao que vem de fora e a capacidade de interferir no processo que se desenrola não apenas como receptor de novos valores e costumes, mas também com a capacidade de reavaliá-los, e transformá-los conforme seu desejo.

Frente à impossibilidade da completa absorção de valores pelo homem do campo, introduzidos pela Campanha e a prevista assimilação pelos técnicos, aparecem colocações

---

<sup>42</sup> - Revista da Campanha Nacional de Educação Rural - "Mecanismos dos Serviços Gerais nos cursos de treinamento e habilitação". Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, no. 10, p82, 1961/2.

que reforçam o conceito de "atrasado" e "inculto", visto o não aproveitamento adequado de medidas tão "civilizadoras", nas palavras da professora Helena Antipoff:

"Quem de nós seria bastante perspicaz em prever tais conseqüências de uma medida altamente civilizadora - luz elétrica - com seu cortejo inesperado de distúrbios e inconvenientes, tanto de ordem cultural quanto de higiene mental e de boa ordem social, no pacato rincão de Minas Gerais? Assim, lembremo-nos que toda medida nova é uma arma de dois gumes e toda a técnica de progresso material nunca pode ser introduzida no ambiente social sem um esforço paralelo na elevação cultural da comunidade e da educação integral de seus membros."<sup>43</sup>

As considerações que levantamos sobre a Campanha Nacional de Educação Rural nos períodos da década de 50 e 60 e sua atuação abrangente junto ao homem do campo, refletem na continuidade do trabalho onde será analisada a influência do aspecto modernizador da campanha, suas contradições com relação à tradição e à cultura do homem do campo, destacando a preocupação em fixar o trabalhador rural a seu meio, a necessidade de modernização do campo que leva ao êxodo rural transformando o trabalhador rural em bóia-fria.

Tais considerações serão vinculadas à atuação da Campanha Nacional de Educação Rural em uma área tida como "fonte de progresso e riqueza", como foi seu direcionamento, forma de trabalho e principalmente quais as influências relacionadas nos programas de ensino, vinculados na zona rural da Região de Londrina neste período.

---

<sup>43</sup> - ANTIPOFF, Helena. ""Aula inaugural do VI curso de treinamento de Educadores de Base da CNER". Revista da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, ano I, julho de 1954, p. 173.

### **III - A CONSTRUÇÃO DO "NOVO HOMEM" E A EDUCAÇÃO RURAL EM LONDRINA.**

A concentração populacional na zona rural, nos períodos da década de 50 e 60, impõe aos órgãos públicos a necessidade de investimentos nessa área. O grande número de famílias que residiam nas fazendas e sítios da região de Londrina exigiram que a municipalidade e mesmo o governo do Estado dirigisse atenção para seus problemas.

O rápido crescimento populacional, a partir da década de 40, possibilitou a formação de uma rede escolar municipal, concentrada principalmente na zona rural, como afirma Zenite Ribas Cesar:

"Era necessário dar um mínimo de educação para a população que cada dia crescia mais e exigia para seus filhos pelo menos escolas de ler, escrever e contar. Como o Estado não conseguia fornecer escolas para todos e muitas vezes desconhecia os reclamos da população, o

Prefeito se via obrigado a criar e manter escolas, principalmente, na zona rural, onde estava o maior percentual populacional."1

As escolas criadas na zona rural desde os primeiros anos da colonização da cidade de Londrina, ficaram sob a responsabilidade da prefeitura. Como salienta a afirmativa acima a população tinha papel importante na criação de uma escola.

A iniciativa particular foi responsável pela construção de várias escolas na zona rural do município. O interesse dos fazendeiros na manutenção das famílias em suas fazendas, obrigava-os a ceder junto a prefeitura o terreno, para construção das escolas. Muitas vezes deslocando inclusive funcionários para trabalharem na obra.

As condições apresentadas pelas escolas rurais eram relatadas pela Secretaria Municipal de Educação, nos relatórios apresentados ao Executivo. Em um destes relatórios encontramos alguns dos problemas que atingiam as escolas rurais. Informa o relatório:

"Poucas são as escolas municipais que se encontram em situação precária, relativamente ao prédio onde funcionam. Entre estas figuram as denominadas 'Antonio Rebouças', na Fazenda Bulle, 'Visconde de Taunay' em Londrinópolis, que já não oferecem condições de segurança e a 'Joaquim Nabuco', situada no quilômetro 7 da estrada de Cambé, com paredes e janelas em situação deplorável, reclamando pintura e consertos. A escola 'Clotário Portugal' da Gleba Taquara, em Irerê, tem o pátio recortado de sulcos profundos e abertos pela erosão, difícil de ser controlada sem auxílio da prefeitura. As demais necessidades urgentes das escolas municipais são a abertura de poços

---

<sup>1</sup> - Zenite Ribas Cezar, op.cit. , pag.51

para fornecimento de água, em algumas, e limpeza dos existentes em outras."<sup>2</sup>

Os demais relatórios indicam (quase sempre) os mesmos problemas, principalmente os ligados à erosão e pintura das escolas municipais.

As escolas rurais no período analisado, compreendendo a década de 50 e início da década de 60 em Londrina, recebiam assim como em todo estado do Paraná, a denominação de escolas isoladas.

A concentração de escolas na zona rural nas décadas de 50 e 60, superavam o número de escolas da zona urbana, no que se refere ao número de escolas primárias.

Numa estimativa estatística analisando-se os dados seguintes:

**QUADRO Nº 04 - ESCOLAS RURAIS EM FUNCIONAMENTO EM LONDRINA**

<u>anos</u>	<u>escolas em funcionamento</u>
1955	83
1956	84
1957	80
1958	78
1959	82
1960	83
1961	83

FONTE: Relatórios Gerais - DOPE( Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa da Prefeitura de Londrina).

<sup>2</sup> - Relatório apresentado pelo DOPE, 1955.

As escolas primárias na zona rural não constituíam uma área escolar com salas, secretaria, direção, compunham-se em sua maioria de um único prédio, dividido entre cozinha e sala. Pelos levantamentos realizados no material disponível sobre as construções deste período, percebemos que quase em sua totalidade as escolas eram de madeira. Tinham entre 50 e 100 metros quadrados de área construída.

Analisando dados colhidos junto aos relatórios do Departamento de Educação Pública e Assistência Social, chamou-nos a atenção o acordo firmado entre a prefeitura municipal e os proprietários das fazendas para construção das escolas. Geralmente o terreno onde a escola seria construída era doado pelo proprietário da fazenda, cabendo a prefeitura a compra do material de construção e trabalhadores para realização da obra.

Os prédios das escolas construídas constituíam-se geralmente de uma única sala de aula, onde os alunos das diversas séries eram colocados para assistirem aulas. A excessão percebida ficava por conta das escolas localizadas nas sedes dos distritos que geralmente possuíam salas de aula para cada série.

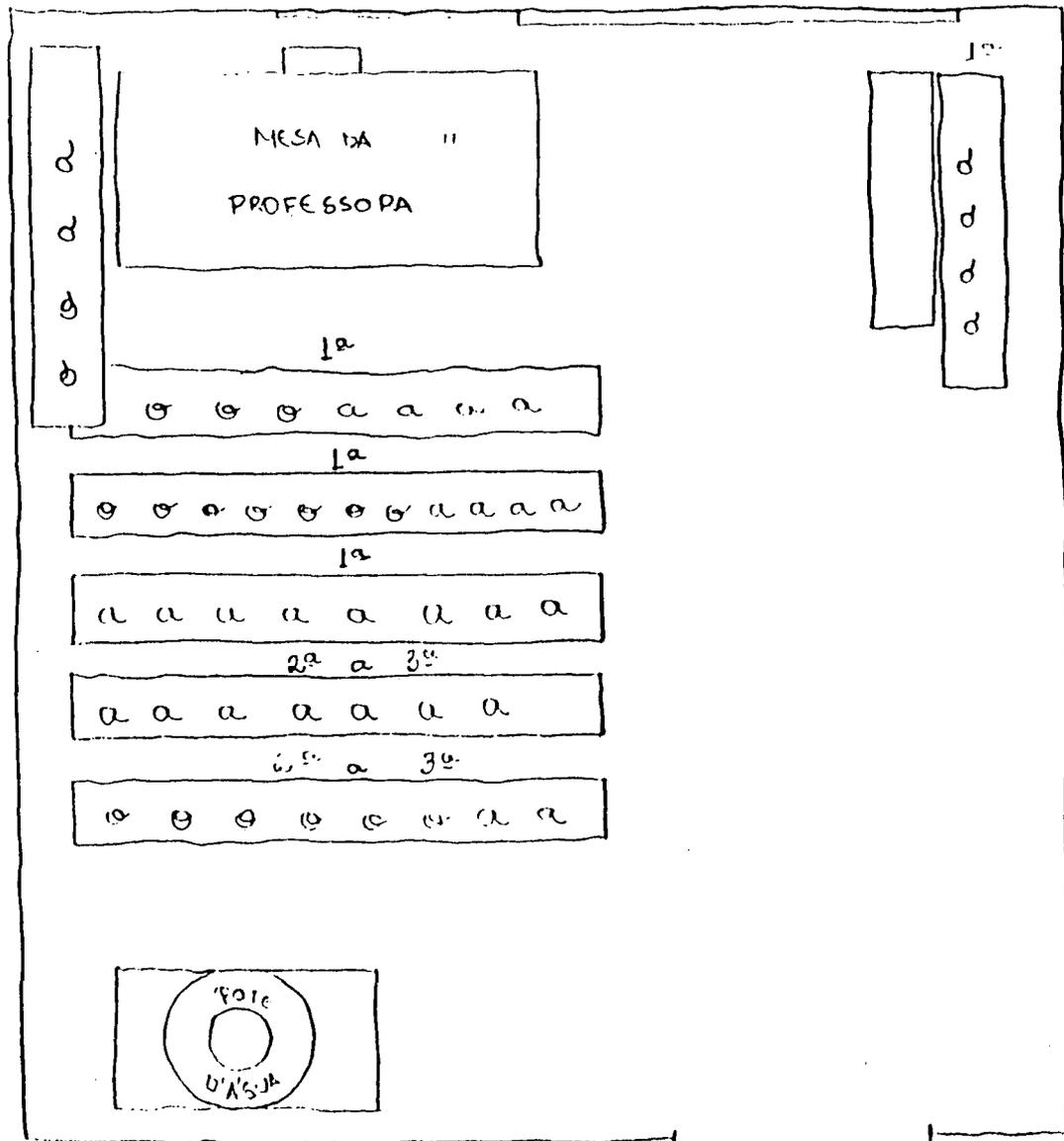
A disposição dos alunos em uma mesma sala de aula, separados por série através das filas formadas por carteiras, com uma única professora era uma constante no ensino rural em todo o país, na década de 50.

Não havia para as escolas rurais a separação dos alunos por série, em salas diferentes, com professores diversos, como era estruturado o sistema urbano, o que gerava o acúmulo de crianças originárias de várias séries, conseqüentemente com idades variando de 7 a 18 anos. Veja no desenho a disposição física dos alunos em sala de aula numa escola do Piauí, idêntica as escolas de Londrina na década de 50.

No entanto, o maior problema das escolas rurais construídas pelo Município residiu na locação de professores para atuarem no local.

Observando os dados referentes as décadas de 40 e 50 podemos perceber a necessidade da união entre a iniciativa privada e o poder público, no que concerne a efetivação de professores habilitados na zona rural de Londrina.

## DISPOSIÇÃO FÍSICA DOS ALUNOS EM SALA DE AULA



FONTE: THIÉRVEN, J. & DAMASCENO, M. N. (coord) "Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993. pag. 83.

Observando os dados referentes as décadas de 40 e 50 podemos perceber a necessidade da união entre a iniciativa privada e o poder público, no que concerne a efetivação de professores habilitados na zona rural de Londrina.

A mensagem apresentada por Bento Munhoz da Rocha Neto, então Governador em 1952, à Assembléia Legislativa, confirma a afirmativa acima:

"Cumpre ressaltar que enfrentamos grandes dificuldades na designação de professores habilitados para as Zonas novas do Norte do Estado. Mesmo assim, graças a cooperação dos poderes municipais e ao vivo interesse dos particulares que propiciaram facilidades de vida e acomodação aos professores, foi possível atender-se satisfatoriamente, a maioria dos novos núcleos de população."<sup>3</sup>

Os relatórios do Departamento de Educação Pública e Assistência Social, indicam que a carência de professores habilitados para o magistério, levou muitas vezes ao emprego de professores leigos na zona rural. Geralmente pessoas habilitadas apenas com o Ginásio ou apenas alfabetizadas encarregavam-se de ensinar as primeiras letras aos filhos dos colonos, parceiros e até pequenos proprietários rurais.

A precariedade de formação destes professores orientou a criação de órgãos destinados a fiscalização das escolas rurais. A leitura dos relatórios da divisão de orientação Pedagógica e Educativa informa sempre as inspeções realizadas no decorrer do ano letivo.

Encontramos na correspondência expedida pelo Departamento de Educação Pública e Assistência Social ofícios informando ao Prefeito Municipal o número de inspeções realizadas durante o mês pela referida secretaria. Os termos definidos pelo ofício (\*), informam que 36 visitas foram realizadas no mês de abril de 1961, indicando, a frequência das inspeções, diárias, as vezes em mais de uma escola por dia.

---

3 - ROCHA NETO, Bento Munhos. Mensagem à Assembléia Legislativa em 1952. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná. pag.

As inspeções eram realizadas por pessoas concursadas junto a prefeitura. Em muitos ofícios aparece a preocupação com as dificuldades enfrentadas pelo inspetor. Como transporte e baixos salários. Os termos das visitas eram preenchidas pelos Inspectores e entregues a Departamento de Educação e Assistência Social.

A análise de um destes termos (\*) nos permite visualizar a preocupação dos Inspectores: o termo em questão refere-se a escola Felipe Camarão, localizada no distrito de Selva. A professora inspecionada era Maria Aparecida Toledo Costa. Constava do termo ainda: o número de alunos matriculados. Não consta no termo o nome do inspetor, apenas a assinatura e a data 29 de setembro de 1954. As anotações do inspetor referem-se ao tamanho da escola, a preocupação da professora com a ornamentação da sala, com cartazes, cortinas e flores, continua ainda o inspetor:

"O centro de interesses tem seus livros em ordem, farmácia e biblioteca, não tem horta, jardim, por falta de lugar. Os livros da professora estão em ordem os das crianças também. As sabinas estão em pastas para cada aluno e estão sendo enviadas aos pais. Os cadernos de pontos das crianças são ilustrados e bem feitos."<sup>4</sup>

É nítido nos termos da visita o caráter de fiscalização, em que consistiam as inspeções feitas pelo Departamento de Educação e Assistência Social. As visitas dos inspetores não eram avisadas com antecedência, tendo o intuito de surpreender o professor em falta com suas obrigações.

---

\* - em anexo

4 - Termo de Inspeção - Ver anexo. Idem, p.74.

Outras formas de controle do professor foram utilizadas, as provas e os exames finais não eram realizados pelos professores e sim por professores designados pelo Departamento de Educação. Os exames e as provas eram elaboradas de acordo com o conteúdo predeterminado pelo Departamento de Educação e aplicado pelo professor.

Não havia a preocupação de pesquisar junto ao professor se determinado conteúdo havia sido discutido em sala de aula. A obrigatoriedade de repasse dos conteúdos, condicionava falta grave do professor não ter repassado a matéria tal qual fora indicado pelo Departamento de Educação.

Os programas e conteúdos ficavam a cargo da equipe da Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa, que também encarregava-se da elaboração e aplicação das provas e exames finais, como indica os relatórios analisados do Departamento de Educação e Assistência Social. O Relatório de 1959, no tocante aos Exames finais afirma "os exames finais foram efetuados por meio de provas teste organizados pelo Centro de Pesquisas Educacionais."

A justificativa apresentada pelo Departamento de Educação e Assistência Social, para a centralização de suas atividades e o controle do professor da zona rural, recaía na má formação do professor, na carência de habilitação para o magistério. Porém, não há indicações nos relatórios do Departamento de Educação, que os professores habilitados recebessem tratamento diferenciado por parte dos inspetores e dos membros da Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa.

O professor Erasmo Pilotto em trabalho intitulado "A Educação no Paraná" (5), relata através da correspondência recebida no período em que assumiu a direção da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, em 1948, os problemas enfrentados pelos professores da zona rural no que diz respeito principalmente ao calendário escolar.

Entre tantas cartas recebidas selecionamos algumas pois, acreditamos que darão a dimensão necessária do problema enfrentado no ensino primário rural.

---

<sup>5</sup> - PILOTTO, Erasmo. A Educação no Paraná (Síntese sobre o ensino público elementar e médio). Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Campanha de inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e elementar, 1954. p.73.

A correspondência recebida pelo então diretor da Secretaria de Educação e Cultura provinha de todo o estado. Procuramos concentrar a atenção nas cartas relacionadas às fazendas de café da região norte do Estado.

"Respondo a circular de V.Excia., sobre o fraco resultado das escolas. De minha parte, tenho a informar que não tem sido possível conseguir melhores resultados, não por falta de esforço de minha parte, mas sim, porque os pais das crianças, em vez de manda-las a escolas, ocupam-nas em serviços caseiros e da lavoura, e só mesmo uma lei rigorosa e que poderia por fim a isso."6

"Aqui nunca existiu escola, e uma cadeira recém-criada, tenho insistido com os pais das crianças com boas maneiras para mandarem seus filhos a aula... Respondeu que mandarão seus filhos só nos dias de folga, que precisam plantar, carpir e colher as rocas e o governo não lhes da de comer e vestir. Reclamam mais que falta vestuário para freqüentar aula todos os dias, Santo Deus! Que devo fazer para resolver essas e outras dificuldades."7

"Escrevo esta em resposta a vossa carta, a qual se refere aos exames do ano passado. Não sou eu a maior culpada, visto os alunos faltarem muito, pelo motivo de seus pais necessitarem do serviço deles na lavoura."8

"O que muito me tem atrapalhado no esforço que eu faço são os pais das crianças que tem a incorrigível mania de retirar os filhos da

---

6 -Idem, p.74.

7 -Idem, p.74.

8 - Idem, p.74.

escola em épocas de colheitas para estes ajudá-los. Muito tenho lutado para convencê-los disso."<sup>9</sup>

"No sítio, os pais tiram as crianças na época do arroz, feijão, e principalmente na colheita do café. São faltas seguidas por meses sem vir a escola. Os pais não querem compreender. Em minha classe não há quadro negro."<sup>10</sup>

"Em ..., onde leciono é a minha escola a primeira que se instalou e isso há um ano e meio mais ou menos. Os moradores em sua maioria analfabetos, pouco prezam a instrução, os que mais compreendem a grande finalidade, mandam os filhos à escola até o fim de junho. Entram as férias de inverno, começam novamente as aulas em julho. Deixam os filhos ir à escola até agosto. em setembro diminuem a frequência, alegando precisarem dos filhos para a lavoura, persistindo que se eu não permitir que seus filhos assistam um ou dois dias na semana, retiram de uma vez da escola."<sup>11</sup>

"Para responder com exatidão os motivos que esta escola não tem promovido mais crianças, basta citar que a época dos serviços da fazenda não coincide com os exames finais da escola. Os alunos matriculados, quase que trabalham nos serviços da fazenda; ora, como os serviços terminam em outubro, isto de cada ano, e sendo costume a renovação dos empregados quase que na totalidade dos mesmos, nessa época os alunos matriculados ficam reduzidos, recebendo em troca os filhos dos novos empregados, e quase sempre nunca estiveram em escolas. Eis, Sr. Secretário, o principal problema que prejudica as escolas rurais, principalmente as que estão instaladas em fazenda cafeeira."<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> - Idem, p.74.

<sup>10</sup> - Idem, p.75-6.

<sup>11</sup> - Idem pag., 76

<sup>12</sup> - Idem pag., 76

Podemos afirmar que o problema enfrentado pelas escolas rurais de acordo com o relato dos professores em muito concentrava-se na contraditoriedade do uso do mesmo calendário urbano na zona rural.

A necessidade dos pais de contar com o trabalho dos filhos em períodos cruciais da vida escolar, como os exames finais por exemplo, contribuía para o abandono da escola.

Em 1956 o então prefeito de Londrina, Antonio Fernandes Sobrinho, de acordo com os problemas resultantes da necessidade de trabalho das crianças em idade escolar na zona rural, resolve atender a solicitação do Departamento de Educação Pública e Assistência Social, alterando o calendário escolar na zona rural. Relata a portaria no. 446/56.

"O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e na conformidade com o disposto no artigo. 15 do Decreto-Lei Federal no. 8.529, de 2-1-1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário) e, considerando que os períodos escolares vigentes nas escolas deste município, tem ocasionado sérios embaraços aos alunos que podem concluir o ano escolar; considerando, ainda, que para o bom aproveitamento do ensino ministrado, se faz necessário que o ano escolar se ajuste ao ano agrícola; considerando, mais, que a baixa média de promoção verificada nas escolas municipais decorre dos inconvenientes apontados,

Resolve

determinar que, a título experimental e a partir do próximo exercício de 1957, o ano escolar nas escolas públicas municipais de ensino primário, localizadas na zona rural do Município, seja iniciado a 3 de janeiro e concluído a 30 de setembro, com 2 (dois) períodos de férias escolares,

compreendidas entre os dias 23 a 30 de junho a 1o. de outubro e a data de reabertura das aulas."13

A atitude do prefeito Antonio Fernandes Sobrinho demonstra atenção dedicada na década de 50 à zona rural, além de determinar um atendimento diferenciado para o ensino ministrado nesta área.

Tinha a administração a intenção de impedir o abandono da escola e elevar o nível das aprovações ou promoções como se referiam. De acordo com os dados obtidos em 1955, 5327 alunos foram matriculados na zona rural destes 1786 alunos foram eliminados no decorrer do ano, terminaram o curso apenas 3.141, destes 311, não compareceram ao exame final e 838 alunos foram reprovados. Recebendo promoção apenas 2.008, dos 5.327 alunos matriculados em 1955. Dados estatísticos certamente responsáveis pela iniciativa de mudança do calendário escolar agrícola.

O elevado número de pessoas que habitavam a zona rural de Londrina no período compreendido entre as décadas de 50 e 60, contribuiu para o interesse da administração pública com o funcionamento das escolas na zona rural.

Pela repercussão junto à imprensa, o ano agrícola, medida de ajuste do calendário escolar da zona rural de acordo com os períodos de colheita, diferenciando-se do calendário da zona urbana, foi uma medida inovadora. Então vejamos a repercussão do ato em matéria publicada na Folha de Londrina em 18 de janeiro de 1957:

"Além de outras manifestações recebidas a medida em tela, teve acolhimento favorável dos Srs. prefeitos a região, estando já em vigor também no município de Cornélio Procopio. O Sr. Secretário da Educação de São Paulo por seu turno, solicitou à municipalidade

---

13 - Portaria no. 446/56 - Relatório Geral do DOPE (Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa) Secretaria de Educação, Prefeitura Municipal de Londrina.

londrinense maiores informes a respeito e agora estuda a matéria com vistas à sua adoção no vizinho Estado."14

Ainda na mesma matéria fazendo alusão à Revista "Visão", que em artigo publicado em sua última edição, segundo o jornal traz a matéria:

"Útil inovação em Londrina.

Sensíveis diferenças existem entre as diversas regiões naturais do Brasil. Estas diferenças, na maioria caracterizadas pela diversidade de climas, alcançaram também e de forma acentuada, outros aspectos importantes. Assim o ensino no Brasil obedeceu em todos os Estados e Municípios a períodos escolares e de férias idênticos. Entretanto, tais períodos nem sempre coincidem com as épocas consideradas mais propícias para as aulas e férias, nas várias regiões."15

Continua a matéria:

"o que ocorre é que o ano escolar não está ajustado ao ano agrícola no norte do Paraná. Este último compreende o espaço que vai de

1o. de outubro de um ano a 30 de setembro do ano seguinte. Concluído o ano agrícola, com o conseqüente vencimento do contrato de trabalho, muito colonos, ao invés de renovar o contrato, preferem afastar-se da

---

14 - Folha de Londrina, 18 de janeiro de 1957, p.3. Centro de Documentação Histórica - UEL.

15 - idem

fazenda para procurar serviço em outra parte. Nisso são prejudicados os filhos, que só voltarão a matricular-se no ano seguinte, mas na mesma série que freqüentar no ano anterior."

"(...) Em Londrina, a Prefeitura que mantém em funcionamento 85 escolas primárias rurais, adotou oportuna providência, visando ajustar o ano escolar ao agrícola escudado no que dispõe o artigo 15 do decreto de lei no. 8529 (*Lei Orgânica do Ensino primário*), o atual prefeito deste município determinou, em portaria que, a título experimental e a partir de 1957, o ano escolar nas escolas públicas municipais, localizadas na zona rural se inicie a 3 de janeiro e se finde a 30 de setembro, com dois períodos de férias, compreendidos entre os dias 23 e 30 de junho e 1o. de outubro e a data de reabertura das aulas (3 de janeiro)."<sup>16</sup>

Adotado a título de experiência o calendário com início das aulas previsto para 3 de janeiro e final 30 de setembro, com um período de férias no meio do curso de apenas 8 dias, não agradou aos professores, sendo alvo de críticas. O período extenso compreendido de outubro a janeiro destinado as férias escolares também foi considerado inconveniente. O calendário escolar na zona rural foi assim novamente modificado

Segundo parecer do Departamento de Educação Pública e Assistência Social, o problema do abandono da escola no período da colheita não foi totalmente resolvido. De acordo com relatório enviado ao prefeito Municipal no mês de julho abandonaram as escolas 477 alunos, número superior a todos os meses do ano.

Sugerindo uma nova mudança no calendário das escolas rurais o Departamento de Educação argumenta junto ao Executivo em relatório enviado em 24 de novembro de 1960, encaminhado pela então Diretora, Adelina Castaldi Hosken de Novaes:

---

16 - idem

"Verificamos é que o homem da zona rural, principalmente o colono, retira o filho da escola em duas épocas do ano, sendo elas:

- Época de mudanças - em fins de agosto e setembro, mais ou menos;

- Épocas das colheitas - julho, agosto e, muitas vezes a partir de maio.

Sugerimos portanto a V.Excia, o seguinte período escolar a ser por nós adotado:

Início das aulas - em 1º de setembro, juntamente com o início do ano agrícola;

Término das aulas - 30 de junho;

Férias do meio do ano - 16 de dezembro a 10 de janeiro (20 dias);

Férias do fim do ano letivo - de 1º de julho até 31 de agosto (2 meses)."<sup>17</sup>

A argumentação da Secretaria se baseia principalmente no período de férias letivas de 1º de julho a 31 de agosto, período que coincidiria com a colheita do café, predominante no período, onde a criança era utilizada pelos pais como mão-de-obra. Outro benefício admitido diz respeito ao inverno, período que segundo as professoras aumenta a ausência das crianças nas escolas, seja pela falta de agasalhos, ou pelo frio que nessa época do ano faz as crianças saírem de casa ainda com o dia por amanhecer.

---

17 - Relatório apresentado pelo Departamento de Educação e Assistência Social, 1958 - Secretaria de Educação de Londrina.

### 3.1 - OS PROGRAMAS DE ENSINO

As escolas rurais nas décadas de 50 e 60 usavam os mesmos programas de ensino utilizados na zona urbana, como afirma relatório enviado ao prefeito municipal. A justificativa apresentada pela Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa para tal situação, tinha como fator principal a possível transferência de alunos da zona rural para zona urbana. O que seria dificultado sendo os programas diferenciados.

Os programas de ensino eram organizados e datilografados pelo DEPAS, posteriormente sendo distribuídos aos professores. Segundo o relatório de 1962, 6.840 programas de ensino foram distribuídos aos professores com a respectiva orientação didática.

Além de providenciar a distribuição dos programas de ensino, encarregava-se o DEPAS de organizar provas e apostilas para os alunos, em matérias como : História do Brasil, Geografia e Ciências Físicas e Naturais.

Na década de 50, não havia no Brasil uma regulamentação geral para os currículos das escolas primárias, o que poderia ser chamado de currículo mínimo. Os estados encarregavam-se de garantir os programas mínimos a serem trabalhados nas escolas primárias.

Os currículos das escolas municipais no Paraná em 1940 estava sob a responsabilidade do governo do estado, instituindo-se neste ano o regimento interno e Programa para os grupos escolares do Estado do Paraná.

A professora Zenite Ribas Cesar, ao analisar especificamente este programa, chegou a algumas conclusões pertinentes para nosso trabalho:

"A ausência total de objetivos demonstra que na época o ensino era totalmente livresco, divorciado da realidade e não oferecia nenhuma elasticidade que pudesse oferecer condições de adaptação.(...) A rigidez característica inibia a criatividade. Esta não existia nem por parte do docente nem do discente."18

Em 1949, foi estabelecido o "programa para as Escolas Isoladas do Estado", permanecendo até 1953 como único instrumento de orientação pedagógica para as escolas rurais. Este programa seguia as orientações do regimento interno de 1940.

A primeira tentativa de renovação didático-pedagógica dos programas de ensino ocorreu em 1953, através do decreto Estadual no. 9060 de 1953, que aprovou os "Programas experimentais para escola isoladas do Estado".

A renovação seguia as linhas do Escolanovismo, influenciado pelas idéias de Erasmo Pilotto, então Secretário de Educação. Tudo ainda era extremamente delimitado, principalmente no que diz respeito aos procedimentos a serem tomados pelos professores, instruções do tipo: "o professor deve permanecer na escola durante todo o horário oficial."19

Segundo afirmação da professora Zenite Ribas Cesar ,na obra citada, a aplicação total deste programa era prejudicado pela má formação dos professores, muitas vezes apenas formados no primário, já ensinavam as primeiras letras.

"No panorama educacional brasileiro, o Paraná se destaca como um dos Estados que apresentam as mais altas taxas de professores primários não habilitados. Segundo dados da FUNDEPAR, em 1967,

---

18 - Cesar , Zenite Ribas, op. cit. ,pag. 65.

19 - Cesar , Zenite Ribas, op. cit. ,pag. 89

entre os 25.780 professores regentes de classe primária, havia apenas 29,8% de qualificados, ao nível de Normal Colegial, pelo menos."<sup>20</sup>

Os professores habilitados pelo curso Normal eram absorvidos pelo magistério estadual. As condições precárias de trabalho na zona rural, aliados à distância da cidade e a baixa remuneração, refletiam na contratação de professores leigos para exercerem a função de mestres nas zonas rurais.

A equipe pedagógica da prefeitura, pelo levantamento realizado nos relatórios do DOPE - Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa - procurava atenuar o problema da não habilitação do pessoal contratado, com intensivos cursos de treinamento, além de uma grande vigilância realizada através das inspeções, como já citamos anteriormente.

De acordo com o relatório do Departamento de Educação Pública e Assistência Social, referente ao ano de 1958, entre atividades desenvolvidas neste ano, está a realização de uma "Semana Educacional", para os professores primários. Os temas abordados referiam-se a ensinamentos pedagógicos, sociais e de higiene.

Os programas das semanas educacionais, promovidas pelo Departamento de Educação Pública e Assistência Social, relacionava em seus temas as preocupações da Campanha Nacional de Educação Rural, que foi analisada no capítulo anterior. Vejamos por exemplo o que diz o relatório de uma semana educacional realizada em 1959:

"(...) foi organizada uma Semana Educacional entre os Professores Rurais, onde foram debatidos e discutidos assuntos relacionados com a vida do homem da lavoura. Dentre os principais

---

<sup>20</sup> - CARVALHO, H. M. et alli. O ensino normal no Paraná e os Recursos Humanos para o desenvolvimento. Curitiba, FUNDEPAR, 1969, p.31. Apud. Zenite Ribas Cesar, op. cit.

temas abordados salientamos: Alimentação, Higiene, Primeiros Socorros, O líder, A indústria do leite (...)."<sup>21</sup>

A atuação dos técnicos da Campanha Nacional de Educação Rural, visava a formação de líderes rurais, além de uma grande preocupação em modificar os hábitos, alimentares e de higiene da população rural, que julgavam atrasados.

Além de "Semanas Pedagógicas", o DOPE, realizava reuniões pedagógicas. Mensalmente, os professores reuniam-se com a equipe pedagógica para discussão dos problemas enfrentados nas escolas rurais. Entre os assuntos abordados relacionavam-se: correção de estatísticas, semanários, livro de chamada, entrega de circulares, pagamentos aos professores, aulas práticas, etc.<sup>22</sup>

Nas atas das reuniões pedagógicas chamou-nos especial atenção a ênfase dada pela equipe pedagógica às atividades extra-classe, como festas, comemorações, ocasiões especiais onde não somente o aluno, mas toda a comunidade rural estivesse reunida.

Os objetivos destas reuniões é assim denominado pelo DEPAS:

"Trazer a família do aluno junto à escola; socializar e desenvolver o espírito de solidariedade, cooperação e senso de responsabilidade; socializar o aluno ensinando-o a viver em grupo, a ser sócio, a desempenhar cargos; auxiliar no desenvolvimento do programa de ensino e não nas atividades de classe."<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> - Relatório DEPAS - 1959.

<sup>22</sup> - Relatório DEPAS - 1958.

<sup>23</sup> - CESAR, Zenite Ribas, op. cit., P. 86

Exemplarmente os objetivos do Departamento de Educação Pública e Assistência Social comungam com os pressupostos da Campanha Nacional de Educação Rural, ou seja, através da escola rural procurar atingir toda a comunidade residente no campo.

As características a serem desenvolvidas, como, solidariedade, cooperação, senso de responsabilidade, demonstram a preocupação em orientar o homem do campo em atividades ou situações que julgavam fora do alcance dos rurícolas.

O novo padrão de comportamento imposto ao homem do campo vem de encontro às idéias modernizadoras da década de 50, presentes na Campanha Nacional de Educação Rural. Criar um novo homem do campo, preparado para enfrentar as dificuldades e benéncias da modernidade era um dos principais objetivos da CNER.

A escola rural ao fazer o papel de núcleo irradiador de propostas que procuravam criar novos padrões de comportamento e atitudes para o homem do campo, evidenciava sua importância neste processo. Começou-se então a questiona-se o papel da escola rural, sua estrutura, seus programas de ensino.

Mesmo servindo como elo mediador entre a zona urbana e a zona rural, a escola da roça não ganha estrutura própria não tendo programas de ensino específicos para a zona rural. A escola rural na década de 50 permanece uma escola urbana, que utiliza os mesmos conteúdos ministrados nas escolas da cidade.

A grade curricular dos programas utilizados em 1949, trazia a especificação sobre o trabalho com o homem do campo, no 3º. ano, o item "Agricultura".

QUADRO Nº 05 - GRADE CURRICULAR DOS "PROGRAMAS PARA AS ESCOLAS ISOLADAS" 1949

<b>1º ANO/ disciplinas</b>	<b>conteúdo</b>
PORTUGUÊS	Linguagem oral, escrita e conhecimentos gramaticais
ARITMÉTICA	-----
CONHECIMENTOS GERAIS	Geografia, História e Ciências Físicas e Naturais
ARTES APLICADAS	Desenho e trabalhos manuais
CANTO	-----
EDUCAÇÃO FÍSICA	-----

<b>2º ANO/disciplinas</b>	<b>conteúdo</b>
PORTUGUÊS	Linguagem oral, linguagem escrita e conhecimentos gramaticais
ARITMÉTICA	-----
GEOMETRIA	-----
GEOGRAFIA	-----
HISTÓRIA DO BRASIL	-----
CIÊNCIAS E HIGIENE	-----
ARTES APLICADAS	-----

<b>3º ANO/disciplinas</b>	<b>conteúdo</b>
PORTUGUÊS	Linguagem oral, linguagem escrita e conhecimentos gramaticais
ARITMÉTICA	----
GEOMETRIA	----
GEOGRAFIA	----
CONHECIMENTOS GERAIS	Geometria, História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Agricultura, Higiene, Artes Aplicadas
EDUCAÇÃO CÍVICA, MORAL E SOCIAL	Para as 3 séries igual
EDUCAÇÃO FÍSICA	Para as 3 séries igual
MÚSICA	Para as 3 séries igual.(24)

Os programas experimentais de 1953, vieram substituir o programa para as escolas isoladas do Estado de 1949, que vinha sendo utilizado.

O elenco de disciplina estava assim dividido:

**QUADRO Nº 06 - GRADE CURRICULAR DOS "PROGRAMAS EXPERIMENTAIS" - 1953**

<b>1º ano/ disciplinas</b>	<b>2º ano/ disciplinas</b>	<b>3º ano/ disciplinas</b>
Português	Português	Português
Linguagem Escrita	Aritmética	Caligrafia

<sup>24</sup> -CESAR, Zenite Ribas, op. cit., anexos.

Caligrafia	Geometria	Aritmética
Aritmética	Educação cívica, moral e social	Geometria
Desenho	Desenho	Desenho
Geografia	Geografia	Geografia
História da Pátria	História da Pátria	História Pátria
Educação Cívica, Moral e Social	Ciências físicas, naturais e agricultura	Educação cívica, moral e social
Ciências Físicas e Naturais	Instrumentos agrícolas e o seu emprego	Ciências físicas, naturais e agricultura
Higiene	Higiene	Higiene
Trabalhos Manuais	Trabalhos manuais	Trabalhos manuais
Canto	Canto	Canto
Educação Cívica	Educação física	Educação física 25

---

Analisando os dois programas de ensino utilizados no período de vigência da Campanha Nacional de Educação Rural, ou seja, de 1952 a 1963, podemos concluir que a ingerência da CNER, não se restringiu aos programas de ensino, mas em todas as atividades relacionadas a escola rural.

---

<sup>25</sup> - CESAR, Zenite Ribas, op. cit., anexos.

O elenco de disciplinas trabalhadas nas primeiras séries, não traz em seus tópicos alusão ao mundo rural, apenas um em Ciências Físicas e Naturais no 3o. ano, denominado de agricultura. Este tópico apresentado no programa de ensino de 1953, demonstra a dimensão do valor científico dado pelos técnicos aos ensinamentos ministrados na escola rural. A professora que vinha da zona urbana era a encarregada de ensinar "agricultura" aos filhos do homem do campo. Era o caráter técnico atribuído ao conhecimento dessa professora que legitimava os seus ensinamentos e ao mesmo tempo desqualificava o saber dos seus alunos adquirido através da prática.

Não havendo interferência na distribuição das disciplinas ofertadas, a irradiação das idéias preconizadas na criação de um novo homem rural, vinham embutidas nos cursos dados para professores, na formação dos clubes agrícolas e centros de interesses.

Na observação atenta das disciplinas ofertadas para o curso primário rural, a disciplina de música chama especial atenção, levando-se em consideração, o despreparo dos professores neste período. O horário das disciplinas é fixo, distribuídos pelas semanas cada uma tem seu dia e hora para serem aplicadas.

A professora Zenite Ribas Cesar, analisando os dois programas, o de 1949 e 1953, chega a seguinte conclusão:

"Uma comparação entre os 'programas experimentais' com o 'Programa' de 1949, mostra um avanço didático. Aqueles apresentam um ensino muito mais concreto, como pode-se ver na página 40, quando é tratado o estudo das unidades, dezenas e centenas '(...) fazendo os alunos contar grãos de milho, pedrinhas, etc.(...)'.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> - CESAR, Zenite Ribas, op. cit., p. 89.

A simples menção do trabalho com materiais da zona rural deu ao programa de 1953, a aparência de mais preocupado com a realidade do aluno, o que apreciando o elenco de disciplinas desaparece rapidamente. A seriação das escolas rurais até 1963, ia apenas até a 3a. série, com a modificação do programa a seriação passa a 4a. série, na zona rural e para 6 séries na zona urbana.

Analisar a aplicação dos programas de ensino em cada escola do município, só seria possível, se tivéssemos ao nosso alcance os cadernos escolares dos alunos. Sendo impossível tal tarefa, procuraremos refletir sobre a aplicação destes programas através dos resumos apresentados pelas professoras, à Secretaria de Educação.

Os relatos apresentados a nosso ver, são significativos como amostra do trabalho realizado pelas professoras, junto às escolas rurais.

Tomaremos como base o resumo apresentado pela professora Aparecida Toledo Costa, do ano de 1954, na escola Felipe Camarão, situada no distrito de Limoeiro.\* O texto apresentado traz as lições que foram dadas e a metodologia de trabalho aplicada, o conteúdo é exemplificado minuciosamente.

A referência ao capítulo é dividida por matéria e por série, o que acaba sendo subvertido no decorrer da aula, visto que as salas são multisseriadas, permitindo o trabalho conjunto entre as séries. Como podemos perceber no exemplo a seguir, quando a professora relata os acontecimentos referentes a um piquenique.

"Conversando com os alunos sobre o projeto do nosso piquenique, disse-lhes: 'Nós precisamos pedir licença ao dono do sítio que vocês escolheram para fazê-lo. Como é impossível pedir pessoalmente, faremos por meio de uma cartinha. Então, todos os alunos, tanto os do 2o. e 3o. anos, fizeram a redação (...)'"<sup>27</sup>

---

\*Em anexo.

<sup>27</sup> - Relatório DEPAS - 1954.

A divisão do conteúdo ministrado em matérias por ano escolar, destinava-se mais para um controle dos temas abordados em sala de aula, e o que era possível ser trabalhado conjuntamente não se fazia distinção por série.

O detalhamento com que a professora exemplifica seu procedimento em sala de aula, demonstra o controle exercido pela Secretaria de Educação, sobre os professores e sua atuação.

O sumário dos conteúdos apresentados dizem respeito à: Português, Aritmética, Ciências, Estudos Sociais, Geografia e Geometria. Como mencionamos acima, as turmas referiam-se ao 2o. e 3o. anos do primário.

Uma análise atenta do programa apresentado demonstra uma total desvinculação dos temas abordados e a vida dos alunos, apenas no tópico destinado a Ciências há referências à agricultura.

"Os instrumentos agrícolas e maquinários foram ensinados através de explicações. Os instrumentos mais conhecidos e usados na agricultura são: a enxada, que serve para carpir, o machado para cortar paus, a grade para tirar os ciscos, a foice para roçar, o arado para revolver a terra, e assim por diante (...).<sup>28</sup>

Os comentários quando relacionados à agricultura trazem embutidos sempre a idéia de ensinamentos e demarcações, como na citação acima, indicando para que serve cada instrumento utilizado na roça.

---

<sup>28</sup> - Relatório DEPAS - 1954.

A exaltação às belezas do campo também aparece pelo texto. O tema a ser trabalhado tratava-se de corpos da natureza. Assim inicia a professora:

"Observem crianças como é bela a natureza! Tudo que ocupa um lugar nela é matéria."<sup>29</sup>

Transparece sobretudo, no resumo apresentado, uma grande preocupação cívica, com o enaltecimento da Pátria. A matéria de Conhecimentos Gerais.

Ao iniciar uma aula sobre história, assim justifica-se a professora:

"Para chamar a atenção dos alunos nessa matéria, dei antes aula de amor à Pátria e civismo, dizendo que o Brasil é um país que pode-se orgulhar de seus filhos; imaginem vocês que numa conferência distante do Brasil, num país da Europa, onde foram representantes de todos os países, o nosso representante, este que vocês vêem nesta estampa, chamado Rui Barbosa, assombrou a todos com sua sabedoria e eloquência."<sup>30</sup>

Junto ao material da Secretaria de Educação Pública encontramos muitas alusões a campanhas cívicas. Uma dessas campanhas aparece fartamente documentada\* pela imprensa. Denominada "Campanha de Educação Cívica e Democrática", que trazia os seguintes dizeres:

---

<sup>29</sup> - Relatório DEPAS - 1954.

<sup>30</sup> - Relatório DEPAS - 1954.

\*Em anexo.

"Você sabe que, o Comunismo quer escravizar o mundo?"

(...) ninguém pode negar o grave perigo que ameaça a Humanidade com a expansão do comunismo. Toda a campanha, portanto, que venha esclarecer o povo e obstacular o trabalho dos comunistas, deve ser aplaudida e incentivada."<sup>31</sup>

Ao lado do "caráter cívico de esclarecimento" da população, as campanhas cívicas pelos relatos obtidos tinham preocupações especiais com relação ao homem do campo. As afirmações dos técnicos da Campanha Nacional de Educação Rural informavam ser o trabalhador rural sujeito a se envolver e ser enganado por agitadores, visto sua ignorância e despreparo.

A preocupação com a educação deste homem do campo analfabeto aparece nos artigos dos jornais. Em artigo da Folha de Londrina de 1955, o mérito da educação do homem do campo aparece assim delineado:

"O trabalhador analfabeto do campo ou da cidade constitui um dos mais sérios entraves do desenvolvimento do espírito municipalista. A educação de base das classes laboriosas deve figurar, pois, entre os fatores que condicionam a evolução política, econômica e social das comunidades."<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> - Folha de Londrina, 15 de setembro de 1955, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Departamento de História - UEL, Londrina.

<sup>32</sup> - Folha de Londrina, 29 de dezembro de 1955, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Departamento de História - UEL, Londrina.

Durante este período são frequentes as notícias de falta de escolas e vagas na zona rural de Londrina, uma preocupação que faz o poder público municipal entrar em atritos com o governo do Estado.

Relato de uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Londrina, dá conta do problema enfrentado pela paralisação das obras de escolas nos distritos do município, gerando falta de vagas no início do ano letivo:

"Se o poder municipal tem conseguido, num verdadeiro 'tour de force' atender pelo menos as fundamentais necessidades coletivas no terreno da educação, o mesmo não podemos dizer do Estado, que nos dois últimos decênios se distanciou largamente da nossa pujante realidade. E o resultado é o espetáculo desolador que assistimos no início de todos os anos letivos: milhares de crianças em idade escolar não conseguem matrícula nos estabelecimentos de ensino, por absoluta falta de vagas. Com isso surge uma aguda crise par o futuro, prepara-se uma geração inculta, incapaz de atuar amanhã como força esclarecida e esclarecedora, no ritmo de nossa história."<sup>33</sup>

Educar o homem do campo dando-lhe subsídios para adentrar ao mundo da modernização é tarefa que se incumbem os técnicos das campanhas destinadas ao homem da zona rural. Para tanto, segundo o poder público, era necessário investir recursos para construção de escolas e contratação de professores, para impedir uma geração de analfabetos.

---

<sup>33</sup> - Folha de Londrina, 02 de julho de 1955, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Departamento de História - UEL, Londrina.

### 3.2 - OS CLUBES AGRICOLAS

Necessariamente o investimento neste homem do campo foi pretendido através de campanhas educacionais como a Campanha Nacional de Educação Rural, com objetivos generalizantes, onde a principal preocupação era destacada pela possibilidade de se atingir toda população rural através da ação educativa.

Nesta perspectiva a sala de aula ocupa outros espaços, ultrapassa os muros dos programas de ensino e ganha terreno junto a campanhas, programas, cursos, semanas educacionais, semanas recreativas, clubes agrícolas, centros de interesse.

De fato, os Clubes Agrícolas e Centro de Interesse realizariam a ponte entre as campanhas educacionais voltadas para as escolas rurais e a população do campo.

Para ter alcance além da sala de aula, os Centros de Interesse realizavam um papel muito importante. Vejamos por exemplo, algumas das atividades desenvolvidas pelo centro durante o ano letivo:

"(...) exposição de trabalhos manuais, clubes agrícolas, festas escolares, comemorações de datas cívicas: 7 de setembro, 21 de abril, 3

de maio, etc. (...) Dia do Panamericano, Dia da Árvore, etc., realizaram-se ainda, excursões, jornal anual, farmácia, museu, biblioteca, etc."<sup>34</sup>

As atividades desenvolvidas pelos Centros de Interesse permitiam, aos técnicos das campanhas educacionais, a operacionalização de seus ensinamentos, alcançando não só as crianças através da sala de aula, mas atingindo toda a população rural, tendo a escola como fonte irradiadora.

A larga extensão de influência da Campanha pode ser sentida com a leitura dos jornais deste período. A folha de Londrina de 13 de fevereiro de 1957 traz a seguinte matéria sobre a Campanha Nacional de Educação Rural:

"As atividades desenvolvidas pela Campanha Nacional de Educação Rural em 1956, distribuíram-se em várias frentes, dentre as quais exerceram razoável influência sobre o homem do campo as missões rurais, os centros sociais de comunidade, os centros cooperativos de treinamento agrícola para jovens e rurais de treinamento doméstico.

O trabalho de aproximação (psicológico) com o rurícola foi baseado em um programa racional de educação, procurando as equipes da Campanha atingir as comunidades através de várias modalidades de iniciativas, como as visitas de orientação a estabelecimentos de ensino, visando à criação de clubes agrícolas, pelotões de saúde, etc."<sup>35</sup>

Os clubes agrícolas enfatizados desde a missão rural de Itaperuna tiveram ampla aceitação pelas comunidades rurais. Idealizados em Itaperuna, nasceram com a função primordial de garantir a continuidade do trabalho dos técnicos, mesmo em suas ausências.

---

<sup>34</sup> - Relatório DEPAS - 1954.

<sup>35</sup> - Folha de Londrina, 13 de fevereiro de 1957.

A organização dos clubes agrícolas, dava-se com a disponibilidade das pessoas em associarem-se em comunidade para reuniões onde discutiriam seus problemas, auxiliados pelos técnicos da missão. Em Itaperuna 3 clubes não surgiram em escolas, apesar da professora estar sempre associada às suas atividades.

As funções dos clubes variavam desde atividades agrícolas, como formação de pomares, hortas, apicultura, etc., até atividades domésticas, de higiene e lazer.

Os clubes agrícolas representavam uma das características marcantes da Campanha Nacional de Educação Rural, pois significavam a não concentração de suas atividades apenas na educação formal como operava a escola rural.

Os técnicos da Campanha chamavam a atenção para a eficiência dos clubes agrícolas enquanto motivação educativa, a abrangência de atuação desses clubes era responsável por sua ampla aceitação atingindo toda a população rural: mulheres, jovens, crianças, etc.

Ressaltando um dos objetivos primordiais da CNER, a atuação em todos os segmentos da população a ser atingida, os clubes agrícolas podem ser assim descritos:

"Clubes agrícolas para crianças, adolescentes e adultos, com demonstração das práticas racionais da agricultura, lavouras demonstrativas, pomares demonstrativos, clubes de lavradores, caixa de socorros de urgência, centro de enfermagem, cursos de puericultura, pelotão de saúde, cursos de educação social, centros de reuniões pedagógicas, orientação e colaboração às escolas, associação de pais e mestres, caixas escolares, etc., clubes: femininos, com curso de corte e costura, trabalhos manuais, alimentação e culinária, enfermagem doméstica, recreação, artesanato e indústrias, domésticas e rurais, ensinamentos cívicos e democráticos, etc."<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> - BARREIRO, Iraide Marques de Freitas, op. cit., p. 121/2.

A disseminação das práticas racionais de aprendizagem ficam claras nos ensinamentos empreendidos pelos técnicos da Campanha. Técnicas racionais de plantio, culinária, higiene, sempre demonstrando que há uma forma científica para realização destas tarefas.

Analisando o relatório de 1958, apresentado pelo Departamento de Educação Pública e Assistência Social, na cidade de Londrina, percebemos as finalidades dos clubes agrícolas, vistos como possibilidade do trabalho em equipe justificado pela seguinte afirmação retirada dos planos de trabalho constante no relatório:

"A vida em cooperação que o trabalho por equipe estabelece, na oportunidade de polimento dos impulsos naturais do indivíduo, tão necessária à obra da educação, principalmente no meio rural, onde dia-a-dia, exige-se maior desenvolvimento cultural."<sup>37</sup>

Os clubes agrícolas proporcionavam o trabalho conjunto e na avaliação do departamento de educação, possibilitavam a socialização do homem do campo, integrando-o na "nova ordem de coisas".

Entre as finalidades do Clube Agrícola descritas no relatório podemos estabelecer nítidas referências ao projeto da Campanha Nacional de Educação Rural, de fixação do homem ao campo através da valorização do seu trabalho, modificado pela modernização e racionalização de suas funções, ou seja, inserido na "nova ordem de coisas", o trabalho rural precisava pois, ser dignificado através dos métodos científicos e do sentimento de civismo.

Vejamos então algumas finalidades dos clubes agrícolas, descritas no relatório de 1958:

---

<sup>37</sup> - Relatório do Departamento de Educação e Assistência Social - 1958

"Dignificar o trabalho manual; elevar e engrandecer a vocação e a profissão do lavrador; inculcar na consciência de seus sócios o amor à terra, o sentimento da nobreza, das atividades agrícolas e a idéia do seu valor econômico;

- mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos;

- organizar a cooperativa para a venda dos produtos das plantações e criação dos sócios;

- comemorar, uma vez por ano, a principal cultura ou criação, local, etc., com festas compreendendo nestas o intercâmbio esportivo;

- colaborar para o melhoramento permanente da vida rural, tornando-a mais agradável e aperfeiçoando-a sob o ponto de vista da sociabilidade da estética e da cultura em geral."38

O relatório termina com uma frase que exemplifica a idéia defendida nas finalidades concebidas pelo clube agrícola: "havemos de construir com essas pequeninas abelhinhas futuro brilhante para este nosso Brasil, onde tudo é belo, grande e bom."39

A Campanha Nacional de Educação Rural não incentivava apenas os clubes agrícolas e sua manutenção, outro elo importante na cadeia formada pela socialização do homem do campo, - o trabalho em grupo enquanto fator de educação, - eram os Centros de Interesse.

Cada escola possuía seu Centro de Interesse, a finalidade dos centros era funcionar como elo de ligação entre as atividades escolares e extra escolares. O Grêmio Escolar era encarregado das funções do Centro, constituído por uma diretoria empossada no início do ano escolar e dissolvida no término deste.

---

38 - Idem - Relatório de 1958.

39 - Idem

O Centro de Interesse realizava excursões, promovia rifas para arrecadação de dinheiro, cuidava da cantina escolar, organizava competições esportivas, hortas, museus, farmácia, biblioteca, etc.

A diferença entre os Centros de Interesse e os Clubes Agrícolas era a formação destes últimos. Os Clubes Agrícolas formavam-se fora da escola, com pessoas da comunidade local, quase um projeto de extensão escolar. Os Centros de Interesse surgiam dentro das escolas, com a finalidade de agregar os alunos e a comunidade.

Segundo afirmação de diretores de escolas rurais, o objetivo do "Centros de Interesse" era tornar a escola um ambiente mais alegre e sadio e principalmente, globalizar o ensino - todas as matérias, todas as ações, pois todo o trabalho devia estar em função do outro.<sup>40</sup>

Os objetivos dos Clubes Agrícolas, dos Centros de Interesse aparecem delineados nas técnicas que fundamentaram os planos de trabalho do Departamento de Educação Pública e Assistência Social. Em 1958 no Relatório apresentado à Câmara Municipal, os técnicos do Departamento elaboraram um plano de trabalho caracterizado pela necessidade de inserir nas comunidades rurais, valores como: persistência, liderança, cooperação.

Uma leitura atenta de alguns trechos do Relatório nos permite outras considerações:

"O interesse real do indivíduo ou indivíduos, em relação ao assunto.

... a organização do material adequado: atividades a realizar, planos a serem consultados.

... a contribuição que esse processo didático pode oferecer à aquisição de qualidades sociais, tais como: direção própria, persistência de trabalho, firmeza de caráter, espírito de cooperação, sentimento de honestidade, etc."<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> - Idem

<sup>41</sup> - Relatório Anual do Departamento de Educação e Assistência Social, 1958.

Valendo-se da prerrogativa de formação de um bom cidadão, os planos de trabalho dos técnicos do Departamento de Educação Municipal, apresentavam ainda algumas características de racionalização, presentes na sociedade brasileira desde a década de 30, com vários projetos, campanhas e programas voltados para este fim.

Em 1931, com a fundação do IDORT (Instituto Nacional de Organização Racional do Trabalho) os projetos de racionalização do trabalhador ganham um corpo estruturado.

"O IDORT foi, em 1931, o portador das mais modernas exigências da racionalização, configurando-se na matriz de vários 'elos' que foram compondo a nova mentalidade e a nova ordem social."<sup>42</sup>

Os projetos estruturados de racionalização do trabalhador preparando-o para uma nova ordem capitalista, modernizadora e científica, iniciados em 30 com estruturas como o IDORT, apresentavam-se em 50 com a força de campanhas como a CNER, voltada exclusivamente, para a modernização do trabalhador rural. Diferente do IDORT que visa basicamente a fábrica como sustentáculo de disseminação de suas propostas, a Campanha Nacional de Educação Rural, utiliza a escola rural:

"A Campanha Nacional de Educação Rural desempenhou junto à escola nos anos 50, interesses da classe dominante, através de uma política educacional adequada ao desenvolvimento econômico. No entanto esse novo enfoque dado a educação rural não foi um movimento isolado na sociedade, mas decorreu de um projeto de modernização e

---

<sup>42</sup> - ANTONACCI, Maria Antonieta. A vitória da razão: O Instituto de Organização Racional do Trabalho (de 1931 a 1945). Tese de Doutorado, USP, 1985, p.6.

racionalização do processo de trabalho desenvolvido na sociedade brasileira."43

Essas características enfatizadas na Campanha Nacional de Educação Rural tomam corpo prático em projetos como os Centros de Interesse, os Clubes Agrícolas encarregados em última instância como veículos das propostas veiculadas pela Campanha.

Para concluir, resta-nos retomar as discussões levantadas sobre a relação entre os pressupostos da Campanha Nacional de Educação Rural e o fundamental discutido em nossa pesquisa, ou seja, o ensino rural em Londrina na vigência da Campanha Nacional de Educação Rural.

Neste sentido, tentamos determinar o padrão de direcionamento da Campanha através da formação dos educadores e do material apresentado, pelas secretarias municipais junto às escolas rurais de Londrina.

Conseguimos verificar que os Clubes Agrícolas, Centros de Interesse, Campanhas de Higiene e Moral acompanharam a transformação do homem do campo em Londrina, tendo como veículo a escola rural.

---

43 - BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. *Op. cit.*, p.232.

## CONCLUSÃO

Ao longo do percurso realizado para a produção deste trabalho, chegamos ao final tendo mais argumentos para refletir do que propriamente para uma conclusão.

Acreditamos que conseguimos desvendar alguns dos discursos presentes nas propostas elaboradas nos anos 50 para a educação do homem do campo.

Ao analisarmos a ação de um projeto educacional de alcance nacional, a Campanha Nacional de Educação Rural, percebemos que se tratava do discurso da construção de um novo homem, presentes desde a década de 30 até 50 em campanhas, projetos. Como discurso do poder, que tentava através de suas propostas construir um novo homem do campo adequado ao progresso.

A presença das idéias de "racionalização do social" na Campanha Nacional de Educação Rural indicam os caminhos percorridos pelas propostas gestadas após os anos 20. Os discursos de construção de "novo homem", "novo trabalhador", "novo cidadão" não desapareceram, romperam barreiras e continuaram na década de 50, como comprovamos analisando as ações da Campanha Nacional de Educação Rural.

A Campanha pretendia a reconstrução do trabalhador rural ajustando-o aos princípios da modernização capitalista. Para tanto projetou uma escola rural que ultrapassasse a sala de

aula e a função de ensinar apenas as primeiras letras, passando a ter em seus objetivos disseminar as suas propostas calcadas no discurso de "construção do homem novo".

A Campanha Nacional criou mecanismos, como por exemplo; Centros de Interesses, Clubes Agrícolas, Formação líderes comunitários para trazer até a escola rural não apenas as crianças, mas toda a família do homem do campo, tornando-se um espaço aglutinador desta população e de disseminação de suas propostas.

A escola rural tornou-se um espaço onde o homem do campo entrou em contato com novos costumes, hábitos e técnicas condições necessárias, no entender da Campanha, para que ele acompanhasse o Brasil urbano já em contato com a racionalização e o cientificismo.

O surgimento da Campanha e suas formulações revelou-nos que havia um pressuposto de descompasso entre a sociedade urbana e a rural, aquela já praticante dos ideais modernos e esta ainda apegada a tradição e portanto atrasada. Caberia, portanto, a Campanha eliminar este hiato.

Para superar o atraso do homem rural identificado pela Campanha, era necessário romper com os conhecimentos tradicionais, estabelecidos a partir do cotidiano e de suas práticas diárias. A tática adotada foi a de desqualificá-los, procurando substituí-los por um conhecimento científico dos técnicos das mais diferentes formas, seja no plantio, arado ou mesmo na maneira de relacionar-se com o lazer.

Entre todos os mecanismos utilizados pelos técnicos da Campanha para concretizar suas ações concluímos que os Clubes Agrícolas assumiram papel de destaque. A associação comunitária permitia aos técnicos desenvolver suas ações fora da educação formal, representada pela escola rural. Nos Clubes Agrícolas eram demonstradas práticas racionais de agricultura, lavouras demonstrativas, enfermagens, pelotões de saúde, caixas escolares, clubes femininos, cursos de corte e costura, trabalhos manuais, alimentação, culinária, etc.

O interesse dos técnicos em desenvolver os Clubes Agrícolas pode ser explicado pela espontaneidade com que o homem rural associava-se aos Clubes, diminuindo a resistência aos novos ensinamentos que a Campanha pretendeu introduzir junto aos trabalhadores rurais.

Contudo é preciso destacar que a construção desse "homem novo" pretendido pelo discurso da Campanha, pressupunha a disposição do homem rural em perceber as "vantagens" do progresso preconizado pelos seus técnicos. As vezes esse campo transformava-se em campo de luta entre as propostas da Campanha e o saber do homem rural, nem sempre disposto a "cooperar".

Este conflito gerado pelas contradições entre o "moderno" representado pelo discurso da Campanha Nacional de Educação Rural e o "atrasado" representado pelo saber do homem do campo demonstra a exterioridade de campanhas educacionais que não levavam em conta o conhecimento adquirido pelas populações alvo de seus ensinamentos. A Campanha Nacional de Educação Rural pretendeu através de seu projeto modernizador a completa descaracterização da cultura do homem do campo nos anos 50, na tentativa de retirá-lo de sua suposta ignorância.

## FONTES

- 1 - Folha de Londrina, Londrina, 02 de julho de 1955. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Departamento de História - UEL, Londrina.28.
- 2 - Folha de Londrina, Londrina, 15 de setembro de 1955. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Departamento de História - UEL, Londrina.
- 3 - Folha de Londrina, Londrina, 18 de janeiro de 1957. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica - Departamento de História-UEL.
- 4 - Folha de Londrina, Londrina, 29 de dezembro de 1955. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Departamento de História - UEL, Londrina.
- 5 - Jornal "Gazeta" ,Suplemento especial :O Norte do Paraná. S.Paulo, janeiro/fevereiro de 1941.
- 6 - MERCEDES MARTINS MADUREIRA, entrevista concedida à professora Mariana Josefa de Carvalho Almeida, em 1985.

- 7 - MUDANÇAS TÉCNICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAFÉ, ALGODÃO E SOJA NO NORTE PARANAENSE, Secretaria de Estado da Agricultura, Curitiba, Paraná, Departamento de Economia Rural, 1985,
- 8 - PORTARIA NO. 446/56 - Relatório Geral do DOPE (Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa) Secretaria de Educação, Prefeitura Municipal de Londrina, pasta no...
- 9 - Publicação Comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. Londrina, 1975.
- 10 - RELATÓRIO APRESENTADO PELO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL AO PREFEITO MUNICIPAL EM 1958. Londrina, Secretaria de Educação de Londrina.
- 11 - REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL . Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, nº 10, 1961/2.
- 12 - REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, ano I, 1954.

## BIBLIOGRAFIA

1. ADUM, S. M E. Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina.1930-1960. Assis, Dissertação de Mestrado-Unesp, 1991.
2. ANTONACCI, Maria Antonieta. A vitória da razão: O Instituto de Organização Racional do Trabalho(de 1931 a 1945). Tese de Doutorado, USP, 1985.
3. ARIAS NETO, José Miguel. O eldorado: Londrina e o norte do Paraná-1930/1975. S.Paulo: USP(dissertação de mestrado) 1993.
4. ARRUDA, Gilmar. Frutos da terra; os trabalhadores da Matte Larangeira. Assis: Unesp(Dissertação de mestrado) 1989.
5. BARREIRO, Iraíde Freitas. "Cultura camponesa, educação rural e modernização" Didática. S.Paulo, Unesp, nº 22/23,1986/1987.
6. BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Educação rural capitalista: a contradição a educação de classe popular e a educação modernizadora na Campanha Nacional de Educação Rural. Campinas, Dissertação de Mestrado-UNICAMP, 1989.

7. BORDENAVE, Juan Diaz & outros. Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
8. CABRAL, José Irineu. Missões Rurais de Educação ; a experiência de Itaperuna: uma tentativa de organização da comunidade. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1952 ( Série Estudos Brasileiros, 03)
9. CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura paranaense- 1900-1970. Curitiba: Grafipar, 1981.
10. CARVALHO, H. M. et alli. O ensino normal no Paraná e os Recursos Humanos para o desenvolvimento. Curitiba, FUNDEPAR, 1969,
11. CESAR, Zenite Ribas. Estudo da Evolução do ensino municipal de Londrina, 1930-1970. Tese de Livre Docência. UFPR, 1976.
12. CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. S.Paulo, Brasiliense, 1986.
13. DECCA , Edgar Salvadori de. O Silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
14. GARCIA, Pedro Benjamin. Educação, modernização ou dependência? Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
15. GOMES, Angela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice. 1988.
16. \_\_\_\_\_ . Burguesia e trabalho; política e legislação social no Brasil. 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
17. JOFFILY, José. Londres- Londrina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
18. LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura brasileira. S.Paulo: Global, 1986.

19. LENHARO, Alcir. O Vale dos Sonhos. IN: Corpo e Alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40. São Paulo, USP, 1985. Tese de Doutorado em História.
- 20.----- Sacralização da Política. Campinas, Papyrus, 1982.
21. LEVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. Lisboa: Edições 70, 1986.
22. LOPES, Ana Yara. Pioneiros do Capital: a colonização do norte do Paraná. São Paulo, USP, 1982, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.
23. LUZ, France & OMURA, Y. A. R. "A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos norte do Paraná." Revista Unimar. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, vol. 1. 1976.
24. MONARCHA, Carlos. A reinvenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1989.
25. MULLER, Nice L. "Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná". IN: Boletim Paulista de Geografia, no.22, março de 1956, São Paulo.
26. NAKAGAWARA, Yoshia. "Questões agrárias e urbanas- interdependência e subordinação: o caso paranaense." Terra e cultura . Londrina, Cesulon - Núcleo de Estudos e Pesquisas, ano 1, 1985.
27. NUNES, Clarice. Escola e Dependência (O ensino secundário e a manutenção da ordem). Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
28. OLIVEIRA, Lucia Lippi.(org) Estado Novo; Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
29. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica - o caso do Paraná. São Paulo:HUCITEC, 1981.

30. PEREIRA, Luis. (org) Desenvolvimento, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
31. PILOTTO, Erasmo. A Educação no Paraná (Síntese sobre o ensino público elementar e médio). Ministério da Educação e Cultura. Instituto nacional de Estudos Pedagógicos - Campanha de inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e elementar, 1954.
32. RAZENTE, Nestor. A ocupação do espaço urbano de Londrina. Recife: Dissertação de Mestrado- UFPE, s.d.
33. SALLES, Iraci Galvão. Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada. São Paulo: HUCITEC, 1986.
34. SALM, Cláudio. Escola e trabalho. S.Paulo: Brasiliense, 1980.
35. SILVA, Zélia Lopes. "O arcaico e o moderno na constituinte de 1933/34". S.Paulo: Tese de Doutorado/USP, 1991.
36. STOLCKE, Verena. Cafeicultura ; homens, mulheres e capital. 1850-1980. S.Paulo: Brasiliense, 1986.
37. TAVARES, José Vicente. As novas terras como forma de dominação. IN: Revista de Cultura e Política Lua Nova, março/91, no.23, São Paulo, Marco Zero.
38. THERVIEN, J. & DAMASCENO, M. N. (coord) "Educação e escola no Campo". Campinas: Papyrus, 1993.
39. TOMAZI, Nelson Dácio. Certeza de Lucro e Direito de Propriedade (o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná). Dissertação de Mestrado, Assis, UNESP, 1989.

40. TURAZZI, Maria Inez. A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro: COPPE, S.Paulo: Marco Zero, 1989.
41. WILLIANS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. S.Paulo: Cia das Letras, 1989.

# **ANEXOS**

TERMO DE VISITA

citado no livro nota de 120 p. 90

Escola Delipe Camarões

Local Setúbal

Professor Maria Aparecida Dolido Costa

n.º alunos mat. 36

em classe 34

Verido o J. Amante da escola a professora não tem espaço para ornamentar e organizar materiais, porém trouxe apresentando no decorrer do aspecto, com cartazes, costuras e flores. O centro de interesse tem, seus livros em ordem, farmácia e biblioteca. Não tem porta, saída por falta de lugar. Os livros da biblioteca estão em ordem e os da criança também. As rubricas já estão em pastas para cada aluno e estão bem encaminhadas aos pais. Os cadernos de pontos das crianças com ilustrações, bem feitos.

Rondina, 09 de Setembro de 1954

Maria Aparecida Costa  
PROFESSOR

[Signature]  
DIRETOR DO D.F.A.S.



Resumo

do mês

Junho

Escola "Felipe Carnaúbo"

Professora - Aparecida Toledo

Costa

Vist  
usury

Colours: Quite brown!

Wanda (Lupetron)

Sumário de Junho de 1954  
1º período  
Escola "Felipe Camarão"

Prof<sup>ra</sup> Aparecida Toledo Costa

Português - 2º ano

As lições foram lidas pelos alunos, separadas em partes; assim todos seguiram mas mentalmente, tirando das mesmas maior aproveitamento. Terminadas as leituras chamei a atenção dos alunos, a observarem nas lições, certas palavras como: O que desejo ser; nesta lição os alunos procuraram descobrir as qualidades de cada criança, tirando melhor os adjetivos qualificativos.

Ensinei o pronome dizendo que estas palavras substituem o nome, evitando assim a repetição; observem vocês; se eu disser assim: Ontem estive com Maria e falei com Maria; vocês logo notam que há uma palavra que se põe no lugar do nome Maria; então, esta palavra chama-se pronome, assim fiz com os demais.

Praticando as lições, tirei várias exercícios sobre o gênero, número e acento de palavras entrando assim em pequenas análises.

Perguntei: A palavra Barana, a que gênero, número, pertence? Então os alunos foram procurando descobrir tudo sobre a mesma; disseram: Barana é substantivo próprio, outros alunos lembraram de que o substantivo sendo nome

de lugar e chama-se locativo, e mas alguns disse outio, trisilaba tambem não é? É mesmo! É é foxitona tambem!

Então vamos analisar direitinho estas palavras: Parana, Bonndina, Mauro, e outras. Assim tambem aprenderam analisar os pronomes e adjetivos.

Das lições mais interessantes, fiz ditados dos trechos importantes.

Conversando com os alunos sobre o trabalho do nosso figueirique, disse-lhes: Nós precisamos pedir licença ao dono do sitio que vocês escolheram para fazê-lo, como é impossivel pedir pessoalmente faremos por meio de uma cartinha.

Então, todos os alunos tendo os 2º e 3º anos, fizeram a redação, sendo escolhida a melhor e enviada ao sr. Paulo, que gentilmente respondeu aos alunos dando a nossa disposição seu sitio.

Assim os alunos aprenderam como subscrever um envelope.

Recordando no dia seguinte o nosso passeio, os alunos fizeram uma descrição do mesmo.

3º ano

As lições dadas neste mês foram escolhidas pelos alunos que as leram pelo mesmo método do 2º ano.

Terminadas as leituras fizemos algumas análises as palavras contidas nas mesmas.

Os alunos fizeram exercícios de sentenças

veio em conjunto,  $\frac{1}{2}$ . Está muito bom; agora vamos aprender somar algumas frações, por exemplo: compramos  $\frac{1}{2}$  metro de fita e mais  $\frac{1}{2}$  de outra fita. Que pedaço comprei? Todos responderam: um metro. Vejamos agora que quando ambos os termos de uma fração são iguais a fração passará a ser unidade, neste exercício  $\frac{1}{2} + \frac{1}{2}$ , a fração passou a ser inteiro. Na régua e fita métrica já aproveitamos ensinando-lhes o que é o metro, temos esta medida para uso no comércio na venda de fazendas, fitas, rendas, etc.

Notem que este metro está separado por alguns risquinhos; sabem para que servem? Vimos, para enfileirarmos as cortinas das janelas, nós não gastamos só uma unidade que é o metro, foram precisos 5 metros e um pedaço, ou melhor  $\frac{1}{2}$ . Como se chama no metro a sua metade? 50 centímetros não é? Então 50 centímetros (são 5 decímetros que) são estas divisões que você vêem no metro. Vamos agora achar o valor das cortinas. Sabemos que cada metro custou R\$ 30,00; quanto teremos pago pelos 5,50 metros? No quadro então ensinamos-lhes que, sabendo-se o preço de um metro basta multiplicarmos o preço de um pelo número de metros comprados; quando há pedaços, isto é fração do metro, estamos no produto quando forem as casas decimais, neste exemplo temos que cortar duas cifras porque há depois do número inteiro, dois números. Este é

ção, passando então para gasoso.

O ferro é grande condutor de calor, observem que os cabos de panelas, de ferro de panelas são feitos de madeira, porque são mesmo condutores de calor. A maior fonte de calor é o sol, por essa razão é que os trabalhadores expostos a ele, usam chapéus; no verão, época em que a terra está mais próxima do sol, os lavradores escolhem as horas de calor mais intenso para descanso ou mesmo outros serviços que não estejam sujeitos a insolação.

Barômetro. Um físico, italiano desejando medir a pressão atmosférica, fez uma experiência, enchendo de mercúrio um tubo e que virou o de boca para baixo, mergulhando numa tina contendo o mesmo metal. A coluna de mercúrio ficou com 76 centímetros. Concluiu-se que a atmosfera exerce uma pressão correspondente à uma coluna de mercúrio que tenha essa altura. A pressão atmosférica é de um quilo por centímetro quadrado.

Esse físico chamava-se Torricelli.

Há outro aparelho chamado Termômetro. Com ele mede-se a temperatura dos corpos. Esse aparelho é um tubo graduado. Numas extremidades está colocado o mercúrio que sobe ou desce, de acordo com a temperatura.

### Geometria - 3.º ano

Dei o polígono fazendo vários no quadrilátero.  
cantamos: Hinos Nacional à Bandeira e à Independência.

30 de Junho de 1954

# Conhecimentos Gerais

- 1º: Quem disse estas palavras? "Soumo ei para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico". Soumo J'ceu chamado eu diz qual e ele?
- 2º: Que poderes exerceu Pope Bonifacio no 2º reinado? Soumo e cognominado?
- 3º: Se onde vinha D. Pedro I ao receber cartas de Portugal, amitando a assembleia constituinte? O que fez D. Pedro ao ill suas ordens? Soumo J'ceu chamado esse dia?
- 4º: Em que regioão se cultiva em grande escala a cana de açucar? Soumo e usada na industria?
- 5º: O que quer dizer riquezas naturais?
- 6º: Soumo e o cima da regioão Nordeste?
- 7º: Quais os corpos maiores condutores de calor?
- 8º: Que quer dizer insulacao?
- 9º: Para que serve o termometro? Soumo e feito?
- 10º: Soumo se chama a soma dos lados de um poligono? Soumo chama o de 10 lados?
- 11º: Quem foi Gornelli? O que inven-  
tor. ele? Para que serve este aparelho?

Escola Municipal "Felipe Barboza"

Proprietaria, professora Sotelo Costa

25 de Junho de 1954

3º ano - Português

1ª Questão - 3 pontos

Descrever um passeio

2ª Questão - 2 pontos

Passar estas estas frases:

Ele foi caçar ontem.

Nós compramos uma fazenda.

Eu e Maria deu uma escola.

Vós andou com eu sempre.

Eu tentei sair cedo.

3ª Questão - 3½ pontos

Formar 5 sentenças empregando pronomes do caso oblíquo.

4ª Questão - 2,5 pontos

1ª subtrair  $3 - 90003$ . Multiplicar  $20,2 \times 5,2$ .  
Dividir  $25,75$  metros em pedaços iguais de  $0,25$  metros cada. Quantos pedaços obtiver?

2ª Questão 2,5 pontos

Um lavrador vendeu em Janeiro  $\frac{1}{5}$  de sua colheita, no mês seguinte vendeu outros  $\frac{3}{10}$ . Que fração da colheita vendeu?

3ª Questão 3 pontos

Se Pedro vendesse a  $\text{R}\$20,00$  cada um de seus bois, ainda lhe faltariam  $\text{R}\$3000,00$  para comprar um terreno de  $\text{R}\$39.000,00$ . Quantos bois terá Pedro?

4ª Questão 2,5 pontos

Quanto pagarei por uma dúzia de queijos a  $\text{R}\$12,00$  o quilo, se cada queijo pesa  $0,750$  Kg.?

## 4ª Questão

Um estudante gasta por mês 2 ca-  
dernos de 12 = 20 cada; 5 lápis a  
c/1,50 cada; e 2,00 em papéis de ras-  
cunho. Em quanto monta sua despesa  
mensal?

## 5ª Questão

Qual é o valor de 8 metros de faze-  
da, se  $\frac{1}{4}$  de um metro vale c/16,00

## Conhecimentos Gerais

- 1º) Lui Barlosa representou o Brasil na  
conferência em Lisboa, Paia, Paris? Respon-  
da certo.
- 2º) O 1º presidente da República foi:  
Vaxias, Marcina, Deodoro ou Barão  
do Rio Branco?
- 3º) 4 estados de ferro R. V. P. Santa  
Catalina liga: São Paulo ao Rio, Paraná  
à Mato Grosso, ou 3. Paris a Rio Grande do Sul.
- 4º) Digam os limites do Paraná ao Norte  
e ao Sul.
- 5º) A mesa onde você escreve é um  
conf. .... Para completar.
- 6º) Quais as máquinas agrícolas de seu  
conhecimento? dizer o seus nomes e uti-  
lidade.
- 7º) Se que nos faz lembrar esta data:  
25 de agosto?
- 8º) Traçar uma linha horizontal, uma  
perpendicular e uma tangente.
- 9º) O que é racoma? Como evita-la?
- 10º) A que ramo pertencem os passarinhos?

Estação  
Sabatina de Junho de 1954

28

2.º ano  
Português - 1.ª Questão - 2,5 pontos

Coloque os pronomes nestas sentenças:

— estudantes a lição?  
— fizemos um kilo feijão aqui.  
— não foram a bondina.  
— já fiz a sabatina.

2.ª Questão - 2,5 pontos  
Completar estas sentenças, dando qualificativos.

Este menino é .....  
Nossa escola está em ..... e muito .....

3.ª Questão - 5 pontos  
Redação - Escrever um bilhete a um amigo convidando-o a vir passar as férias em sua companhia.

Álgebra - 1.ª Questão  
1.ª Em R\$ 10,00 quantos centavos há?  
Quantas moedas de um cruzeiro preciso para formar R\$ 150,00?

2.ª Questão  
Dois andas diariamente para vir a escola, 7 dan e 8 metros. Quantos metros andará no fim do dia? E em três dias?

3.ª Questão  
D. Maria comprou 25 metros e 25 centímetros de fita. Que fração do metro comprou? Escrever sob forma ordinária.

# Ciências. 2º ano

Os instrumentos agrícolas e maquinários foram ensinados através de explicações.

Os instrumentos mais conhecidos e usados na agricultura são: a enxada, que serve para cavar; o machado para cortar feno, a grade para tirar os cisos; a lona para roçar; o arado para revolver a terra, e assim por diante.

Corpos da Natureza - Observem crianças como é bela a natureza! Tudo que ocupa um lugar nela é ~~uma~~ matéria. A matéria encontra-se sob forma de três estados: sólidos, líquidos e gasosos. Todo corpo que possui forma própria e dureza é sólido; líquidos são corpos que não possuem forma própria e nem dureza como a água, o leite, o vinho, etc. Gasoso é o que não tem dureza, nem forma própria; possuem expansibilidade, isto é, tendem a aumentar o seu volume a medida que aumentam o recipiente que os contém. Para melhor apreensão deste ponto fiz experiência na classe mostrando aos alunos que o gás de iluminação é um corpo gasoso, a evaporação da água nestas manhãs cheias de orvalho, é um corpo gasoso.

## 3º ano

Calor é o fenômeno que produz a dilatação e a elevação da temperatura de certos corpos. O calor pode transformar a água de corpo líquido a gasoso, uma temperatura elevada e ela entra em ebulição.

muitos outros exemplos  
quadro sob a atenção de todos os alunos.  
Quero fazer um vestido, para isso  
comprei 3,50 metros; ao corta-lo porém,  
notei que faltaría ainda um pedacinho  
de pano; o que devo comprar então?  
Logo os alunos responderam: os centíme-  
tros que faltam; muito bem, agora  
vamos saber o valor deste vestido.  
O metro custa-me R\$35,00, quanto  
terei pago pelos 3,50 metros? Achado o  
valor deste, os alunos lembraram-se do  
pedacinho que faltou e que comprei  
depois; foram mais 25 centímetros, tere-  
mos que achar seu valor também não é  
fácil e o valor deste fizemos a soma do  
dinheiro colocando na resposta o valor do  
vestido.

Bem esse método já fomos fazendo  
exercícios sobre as moedas e cédulas.  
Exemplos de exercícios dados: Num  
cédula de R\$10,00, se eu quiser tro-  
ca-la em moedas de R\$2,00, quantas  
moedas obterei?  
Quantas moedas de R\$4,00 preciso para  
formar R\$10,00?

Dei bastante destes exercícios, ouvindo a  
comar, subtrair, multiplicar e dividir  
cruzados.

Porém já aproveitei a ensinar-lhe a con-  
ta pelo caderno e copre do centro de  
interesse observaram que devemos sempre  
ter uma reserva; vejamos, o Sessorio faz

empregando adjetivos determinativos ge-  
nivos e qualificativos. antes dei shes exem-  
plos assim: Esta menina é mais este-  
diosa do que aquela. Neste mesmo exer-  
cício fizeram, em conjunto, análises dos  
verbos, substantivos e expliquei as proposi-  
ções. Nas lições dadas foram feitas as  
observações sobre a pontuação.

Mandei que os escrevessem um diálogo  
e os corriji em conjunto na classe chama-  
ndo a atenção sobre os erros cometidos.

Redação. Como já escrevi na parte do 2º ano,  
a redação foi de carta e composição, trata-  
do-se do mesmo assunto. A correção foi feita  
em conjunto, sendo escolhida pelos próprios  
alunos a melhor.

Estados. Das lições mais interessantes de  
leí alguns trechos; na correção fiz os alu-  
nos trocar seus cadernos com os colegas  
para que cada um fizesse a correção.

## Aritmética

2º ano

Fizeram escrita e leitura de números no  
quadro. Fazer exercícios sobre números  
arábicos e romanos.

Recapitulamos o conhecimento de fra-  
ções ordinárias por meio de frutas e  
objetos. Mostrando aos alunos uma régua  
disse lhes: esta régua é um objeto inteiro,  
portanto chama-se uma unidade; se par-  
tirmos ao meio deixará de ser unidade, então  
que nome daremos a cada parte? A resposta

natura em nossa pátria.  
 Trabalhou muito pela Proclamação  
 da República em nossa pátria, foi membro  
 fundador da Academia Brasileira de Letras.  
 Rui Barbosa nasceu a 5 de novembro  
 de 1849 e faleceu em Getúpolis a 11  
 de março de 1923.

Sobre o Marechal Deodoro da Fonseca,  
 disse-lhes que antigamente o Brasil era  
 um país dependente de Portugal, aliás,  
 isto já é de seus conhecimentos, mas omi-  
 jos brasileiros ilustres como Rui Barbosa,  
 Marechal Deodoro, trabalharam muito pela  
 proclamação da República brasileira. Foi este  
 invencível Marechal quem proclamou nossa  
 República no dia 5 de novembro de 1889  
 sendo ele eleito o 1.º presidente da República.

### 3.º ano

Durante muitos anos os brasileiros  
 viveram sob a tutela dos portugueses,  
 o Rei de Portugal só procura tirar lu-  
 cro do Brasil não fazendo melhoras  
 nenhuma para nossa pátria; queria  
 mesmo transformá-lo numa simples co-  
 lônia de Portugal; brasileiros ilustres  
 como José Bonifácio, vendo tudo isso co-  
 meçaram a trabalhar afim de proclamar  
 a Independência em nossa pátria.

O Príncipe D. Pedro I havia feito uma  
 viagem a Santos onde fora acalmar des-  
 venturas no Estado paulista. Ao regressar,  
 encontrou às margens do Rio de Espiranga  
 uma comitiva vinda de Portugal com vários

cartas anulando seus atos aqui e exigindo sua volta à Portugal. O príncipe ao ler tais ordens ficou tão irado que tirou do chapéu os laços forquês e bradou: "Basta fora soldados! estamos definitivamente separados de Portugal! Independência ou morte!" Isso se passou a 7 de setembro de 1822, sendo o acontecimento mais notável de nossa história. Essa data é chamada o dia da Pátria.

Os brasileiros que mais trabalharam pela nossa Independência foram: José Bonifácio que ficou cognominado o Patriarca da Independência; Gonçalves Ledo, Juvenal de Azevedo, Frei Caneca, José Clemente Pereira e muitos outros.

Constituíam porém, que D. Pedro ficou antipático pelo povo por querer governar por sua conta própria; estavam revoltados com o Imperador por ter ele tirado do ministério os irmãos Andradas que faziam oposição de seu governo; a fúria da Província Cisplatina, etc.

Os revoltosos reuniram-se no Campo da aclamação e mandaram um emissário ao Imperador exigindo a volta do antigo ministério. Sem querer ceder, e com a pressão que estava sofrendo, D. Pedro resolveu abdicar em favor de seu filho Pedro de Alcântara que contava apenas 5 anos, deixando como seu tutor José Bonifácio, Andrada e Silva. Abdicou no dia 7 de abril de 1831.

# Geografia - 2º ano

Para iniciar a explicação sobre os limites do Paraná, fiz uma folheta com os alunos sobre divisões nos sítios, fazendas, etc. Bem, vocês sabem que os que fazem divisões, podem ser chamados também limites. Vamos então no mapa do Brasil ver quais os limites do Paraná. Mostrando no mapa o nosso estado disse-lhes: Aqui está o Paraná limitado não só por estados, como também pelo Oceano Atlântico e ainda as Repúblicas do Paraguai e Argentina. Observem que ao norte está o Estado de S. Paulo separado pelo Rio Paranaguá; ao sul está S. Catarina separado pelo Rio Garibaldi e sua via Furtiva. A oeste está o Oceano Atlântico e a leste o Estado de Mato Grosso e a República do Paraguai, separado pelo Rio Paraná. A sudoeste há a República da Argentina separada pelo Rio Iguaçu. Devido as terras fertilíssimas do Paraná, muitas tem se procurado estabelecer no rico estado, contando o mesmo com uma população de 2.149.509 habitantes.

## 3º ano

Nos cadernos de cartografia foram desenhadas as regiões do Brasil, colocando em cada, suas principais produções. No mesmo mapa colocaram as riquezas naturais, conforme sua zona. Depois de bem embocadas fiz vários questionários.

a arrecadação do dinheiro para as nossas despesas; este mês por exemplo gastamos na compra de tábuas, lixa, tinta e pincel para fazermos nossa pequena biblioteca; tivemos que fazer nova arrecadação e economia para as despesas do centro de interesse; temos que comprar capas para os livros, e até mesmo adquirir livros interessantes para a mesma. O entusiasmo, graças a Deus, é geral, pela biblioteca.

### 3º ano

Ensinei neste mês as 4 operações decimais. Como já tiveram oportunidade de ver, as frações ordinárias podem ser facilmente transformadas em decimais. Se eu comprar  $\frac{3}{4}$  de um metro, comprei 0,75 centímetros do metro; para somar as diferentes parcelas decimais, coloca-se vírgula debaixo de vírgula, colocando-a no final da soma. Subtração decimais. Dei vários exercícios de fácil compreensão dos alunos; por exemplo de 3 metros de fita gastar 1,25. Quanto restaram? Então no quadro fui explicando que se deve colocar os inteiros debaixo dos inteiros, se as casas não são suficientes iguala-se com zeros, como acontece no caso acima:

$$\begin{array}{r} 3,00 \\ - 1,25 \\ \hline 1,75 \end{array}$$

Para multiplicarmos decimais é só multiplicar todos os fatores como se fossem números inteiros, colocando a vírgula no produto tantas quantas forem as casas decimais.

do multiplicando e do multiplicador.  
Dei exemplos assim:  $25,5 \times 25,5$ ?  $2,1 \times 5$ ?  
primeiro fiz com a divisão; chamei a  
atenção dos alunos sobre estas 4 opera-  
ções, delas dependem a aprendizagem do  
sistema métrico decimal. Aproximei  
e lhes formulei problemas de fácil  
compreensão, dando muitas explicações ora,  
depois de despertar a atenção e o interesse  
dos alunos, fiz no quadro à vista de  
todos, vários problemas como: Compraram  
18,25 de seda que foram divididas  
em 5 pedaços iguais. Qual a metragem  
de cada pedaço? Qual o valor de cada  
pedaço se um metro custa cr\$48,00?  
Depois de muitas explicações no quadro,  
bassei vários problemas para serem  
resolvidos em casa.

Vória

2º ano

Para chamar a atenção dos alunos  
nessa matéria, dei antes aula de amor  
pátria e civismo, dizendo que o Brasil é  
um país que pode se orgulhar de  
seus filhos; imaginem, vocês que numa  
conferência distante do Brasil, num país  
da Europa, onde foram representantes de  
todos os países, o nosso representante,  
este que vocês vêem nesta estampa,  
chamado Rui Barbosa, assombrou a todos  
com sua sabedoria e eloquência.  
Rui Barbosa, nascido na Capital do País,  
soube honrar o seu nome de brasileiro,  
trabalhando muito pela abolição da escravidão.

15 de Setembro de 1955

137



## CAMPANHA DE EDUCAÇÃO CÍVICA E DEMOCRÁTICA

Fundação: GUSTAVO BRANCO

Esta folha publica, diariamente, neste mesmo local, as cartas de apoio e estímulo que a CAMPANHA DE EDUCAÇÃO CÍVICA E DEMOCRÁTICA vem recebendo, de parte de autoridades, intelectuais e personalidades da vida pública do Estado e de outros pontos do País.

"Gabinete do Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Ninguém pode negar o grave perigo que ameaça a Humanidade com a expansão do comunismo. Toda a campanha, portanto, que venha esclarecer o povo e obstaculizar o trabalho dos comunistas, deve ser aplaudida e incentivada.

Eis a razão porque, recebendo a visita do sr. Gustavo Branco, diretor da "Campanha de Educação Cívica e Democrática", não pude deixar de louvar-lhe a grande Jornada patriótica que está fazendo por todos os Estados do Brasil.

Que Nosso Senhor o ajude nessa benemérita campanha.

Curitiba, 2 de agosto de 1951.

Ass. Manuel, Arcebispo de Curitiba.

★ ATENÇÃO! O leitor que recortar e coleccionar um mínimo de 10 destas publicações e depois enviá-las à CAMPANHA DE EDUCAÇÃO CÍVICA E DEMOCRÁTICA (sala 106, 4.º andar, Edifício «Anteloni»), concorrerá a sorteio de prêmios no valor de 5 mil cruzeiros.

«O COMUNISMO NÃO COMPENSA»

23 de agosto de 1954

NOTAS AGRONOMICAS

# O professor rural e a agricultura

direção de NESTOR F. DA SILVA  
(Eng. -agrônomo)

O Ministério da Educação e Cultura e as Secretarias de Educação dos diversos Estados de Federação, têm-se empenhado na grande obra da criação de Escolas Normais Rurais em diversas localidades do País. Esse movimento grandioso, de alto significado para a Nação, até bem pouco tempo não mereceu a devida atenção. Nestes últimos anos, a Campanha da Educação Rural, tem tomado um incremento bastante apreciável, de tal maneira que os resultados obtidos apresentam-se grandemente compensadores.

Após a criação das Escolas Normais Rurais, organizou-se um movimento de aprendizado agrícola para os professores primários, onde estes pudessem adquirir os conhecimentos agro-pecuários indispensáveis ao professor rural. As Escolas Práticas de Agricultura e as Escolas de Agronomia têm, ultimamente, organizado um "CURSO DE FÉRIAS", onde os professores primários poderão se especializar nos diversos setores da agricultura e pecuária. A Escola Superior de Agricultura "Lutz de Queiroz", em Piracicaba, tem mantido, nos últimos anos, um curso teórico-prático para normalistas e professores com relação à HORTICULTURA, POMICULTURA, FLORICULTURA, AVICULTURA, etc., fornecendo certificado, o qual garantirá um aumento de pontos, na classificação geral, para escolha de cadeiras.

Com esse lastro de conhecimentos agronômicos, o professor primário será um elemento de alta relevância, na orientação das gerações novas. Formará, para o futuro, uma mentalidade nova, baseada na técnica mais produtiva, no aproveitamento racional do solo, ao professor rural — é das mais espalhosas. Além das primeiras letras, tem que inculcar nesses cérebros em formação uma mentalidade rural, ensinando-lhes o AMOR A TERRA, a FIXAÇÃO A TERRA, e outros com relação à mesma. Os métodos para a campanha do levantamento rural depende, em grande parte, da iniciativa particular do educador. Quando se fala a cruzada contra a broca no Brasil, encontra-se sérias indecisões e incompreensões por parte dos lavadores. Portanto,

consciências em nossos meios agrícolas". Sobre os ombros do professor rural pesa a responsabilidade da solução de uma parte do PROBLEMA RURAL.

AGRICULTORES!...

Vós que viveis no campo, entreguem ao cultivo da terra ou nos cuidados dos vos-

sos rebanhos, não deixem tentar pela máquina fútil das engarrafadoras lúbricas que de longe acena a vós dos que habitam as cidades. Com o vosso cotidiano labor, com as vossas incansáveis energias, só os obreiros insubstituíveis da grandeza nacional, só a força viva do poderio da nação brasileira. W. POTSCH.

"Foi mister apelar para um recurso que deu ótimos resultados. Sendo a maioria dos mesmos analfabeta, com a publicação de um trabalho destinado às escolas rurais — "História de um bichinho malvado", de autoria de Rodolfo Hring, escrito em forte narrativa popular, para que as crianças pudessem repeti-la a seus pais, interessando-os do assunto, atingiu-se plenamente o escopo. Tirado em ... 50 000 exemplares e distribuído pelas escolas de todos os municípios cafeeiros, sendo entregue a cada aluno um para que lesse e depois fizesse a descrição escrita sobre o assunto do opúsculo, não tardaram o conhecimento da broca, suas consequências e medidas preventivas a arriar-se em todas as

22 de janeiro de 1955

# Curso intensivo para as professoras municipais

## No programa, Higiene, Alimentação, Horticultura e Associativismo

Está encaminhada a melhor ressonância entre os interessados, o Curso Intensivo de Férias para as professoras municipais, promovido, conforme anunciamos outrora, pelo Departamento de Educação Pública e Assistência Social, da Prefeitura de Loureana, com aulas teóricas no "Horto Simas", pântanos no Horto Florestal e projeção de películas educativas no D. 12.

O seguinte o programa do curso, que está sendo ministrado pelas professoras M. Lobato, Sussumi Imajutere e Miguel Masken:

### 1.ª PARTE — NOÇÕES DE HIGIENE E ALIMENTAÇÃO. Desenvolvimento. — NOÇÕES DE HIGIENE CORPORAL.

a) O banho, b) Asseio do couro cabeludo, c) Asseio das mãos e dos pés, d) Asseio da boca e dos dentes, e) Cuidado dos olhos, nariz e ouvido.

2.ª — Asseio do vestuário: a) Vestuário e saúde, b) As roupas de cama.

3.ª — Habitação e saúde: a) Arejamento, insolação e humidade, b) Instalações sanitárias, seu uso e higiene, c) Asseio da habitação e das dependências internas e externas, Lixo.

4.ª — Higiene Coletiva: a) Perigo das infecções e infestações do solo, Métodos de eliminação, b) Esgotos e fossas, Tipos, conservação e utilização, c) O lixo, Destino adequado, d) A água, seu papel na transmissão de doenças e sua proteção contra contaminações, e) Significação pessoal e social da higiene coletiva. Regras de higiene pessoal e pública. Profilaxia das doenças contagiosas.

Doenças em geral: 1.ª) — A saúde, Valor de uma saúde perfeita, A doença, sua classificação, Conceito de con-

tagio, Fatores de entrada dos vermes, Vias de Transmissão.

2.ª) — Doenças que se transmitem principalmente pelas vias orais e nasais, a) Tuberculose, b) Difteria, c) Varíola, e outras.

3.ª) — Doenças cujos microbios ou vermes são eliminados principalmente pelas fezes dos doentes: a) Febre tifóide, b) Disenterias, c) Vermíngos, anquilostomose ou amarelão, tenia ou solitária.

4.ª) — Doenças que os animais podem transmitir ao homem: a) Malaria, Febre Amarela, b) Febre, c) Raiva, d) Escabiase ou pediculose.

5.ª — Tracoma.  
6.ª) — Tétano.  
7.ª) — Algumas doenças não contagiosas.

8.ª) — Doenças de creche alimentar.

### 2.ª PARTE — ALIMENTAÇÃO

1.ª) — Desenvolvimento  
1.ª) — A boa alimentação como fator de saúde. Características do escolar bem nutrido. A função da alimentação no organismo. A máquina humana e suas exigências.

2.ª) — As diferentes espécies de alimentos. Hidratos de Carbono, Proteínas, Sales minerais, Vitaminas, Gorduras, Água.

3.ª) — A escolha e preparação dos alimentos.

4.ª) — Os bons hábitos na alimentação. Quantidade e qualidade dos alimentos. Horário das refeições. Repouso ambiente. O que convém evitar.

5.ª) — Alimentação de acordo com a idade, clima e trabalho.

6.ª) — Exercícios sobre confecção de cardápios equilibrados.

NOTA: — As aulas deverão ser dadas utilizando-se cartazes adequados, Ilustração por projeção em Epitiscópio.

O curso deverá ser preparado tomando-se em consideração o fato de que as professoras, em sua maioria, possuem somente 3.º e 4.º anos de curso primário.

### ASSOCIATIVISMO RURAL

Desenvolvimento do programa

1.ª — Nosso ambiente rural, o homem e a produção, Importância do Associativismo rural.

2.ª — Da inter-relação existente entre os problemas sociais e econômicos.

3.ª — Do processo educativo social, sua maleabilidade para adaptação às diferenças sociais das comunidades.

4.ª — As diversas modalidades de associações propostas para o meio rural, suas finalidades, (Associações: econômicas, sanitárias, culturais, cívicas, recreativas, religiosas e outras).

5.ª — As cooperativas em particular e suas vantagens.

6.ª — A importância das associações: econômicas, sanitárias, culturais, cívicas, recreativas, religiosas e outras para o meio rural, para o homem e o país.

7.ª — O que são, o que representam as associações do meio rural, orientação e normas para a sua instituição.

8.ª — Elementos essenciais para a formação de grêmios Os líderes, seu aproveitamento e seu preparo adequado.

a) Reconhecimento, pelo líder de comunidade em sua vida de relação social, índole, hábitos particulares, a produção em seu nível, a retabilidade pública de vida média, a existência de líderes, a cooperação para os diversos fins.

9.ª — Dos grêmios para menores e os grêmios para adultos, Suas finalidades particulares e comuns.

10.ª — Exemplos práticos da formação de grêmios, de acordo com o esforço, a participação e as solicitações, visando a solução dos problemas econômicos e sociais constatados.

11.ª — Os grêmios para menores.  
☆ (Continua na última página.)

Folha de Londrino.

1955

15 de Setembro de 1955

# MAIS ESCOLAS PRIMÁRIAS PARA O PARANÁ

O progressivo desenvolvimento das zonas rurais, principalmente, da região norte do Estado, tem contribuído reponderantemente para o assombroso aumento da população paranaense. Daí a circunstância da gritante falta de escolas primárias, falta que aumenta com o crescimento da população. As escolas e estabelecimentos de ensino existentes -- a maioria

inaugurada no primeiro Governo de Moysés Lupion -- não mais atende às reais necessidades do povo daquelas zonas.

Aumentar o número de escolas primárias, criar novos e numerosos grupos escolares, cursos normais regionais e até ginásios estaduais, é um dos maiores imperativos do momento. No exercício do mandato de governador, Moysés Lupion,

proseguindo a obra iniciada na sua anterior administração, incrementará a instrução pública, dotando as zonas rurais de escolas, em número suficiente para atenderem as laboriosas populações interioranas.

É indiscutível que dar instrução gratuita e obrigatória às gerações novas e de nossa terra, constitui o ponto mais alto e mais digno de todas as administrações, realmente voltadas para as grandes aspirações populares.

Se é verdade que na pátria caminha pelos pés das crianças, não é menos verdade que aos Governos cabe a responsabilidade da instrução e da educação dessas crianças, que serão os homens de amanhã, aqueles sobre cujos ombros repousa o futuro do Brasil.

Moysés Lupion, no Governo

do Paraná, voltará as suas atenções, o seu esforço e a sua dedicação para o grave problema da falta de escolas em que lutam atualmente as populações de nosso Estado. Constitui parte destinada do seu programa de Governo a criação de escolas em todas as zonas rurais de maior índice populacional, de cursos normais regionais e ginásios estaduais, nas cidades do interior, no firme propósito de combater efetiva e eficientemente o analfabetismo e contribuir para a elevação progressiva do nível cultural de nossa gente.

Daí, assim, o grande paranaense, mais uma prova do seu devotado amor ao Paraná, proseguindo aquela patriótica obra iniciada em 1917 e interrompida, tristemente, a partir de 1951.